

INTRODUÇÃO

I PARTE

- I.1. - Origem e localização guarani
- I.2. - História
 - I.2.1.- "Província do Guairá": "encomiendas" e bandeiras
 - I.2.2.- "Redescoberta" dos guarani nas matas
 - I.2.3.- Os guarani ñandeva
- I.2. - SPI, Funai: indigenismo de integração
- I.3. - Sistemática de desapropriação de terras guarani no MS
- I.4. - Potrero Guasu
 - I.4.1. - A missão alemã
 - I.4.2. - Mudança a Pirajuy: entendimento dos índios
 - I.4.3. - Situação atual da comunidade de Potrero Guasu no Pirajuy

II PARTE

- II.1. - Conceitos Guarani de espaço
 - II.1.1. - Tekoha: noção de comunidade/"aldeia"
 - II.1.2. - Tekoha Guasu: noção de território
 - II.1.3. - Os muito avarekohague do Iguatemygua

III Parte

- III.1. - Agricultura
- III.2. - Caça, pesca, e coleta
- III.3. - Problemas atuais

IV PARTE

- IV.1. - Caracterização Regional
- IV.2. - Impactos Ambientais
- IV.3. - Manejo de "recursos naturais"
- IV.4. - Ocupação da área reconquistada
- IV.5. - Intervenções de apoio

V PARTE

- V.1. - Crescimento populacional
- V.2. - Desapropriações de terra e crescimento populacional
- V.3. - Diminuição de taxa de mortalidade

VI PARTE

- VI.1. - Situação regional
- VI.2. - Compromisso com os índios
- VI.3. - Reunião com Funai de Amambai
- VI.4. - O Levantamento Fundiário

VII PARTE

- . Bibliografia
- . Microfilmes (Museu do Índio - RJ)
- . Anexos
- . Tabelas
- . Croqui
- . Mapas
- . Gráficos

I PARTE

I.1.- Origens e localização guarani

A **cultura** Guarani, como conhecida hoje, tem origens "nos matos tropicais que recobrem as bacias do Alto Paraná e do Alto Uruguai e a borda do planalto meridional brasileiro" (Schmitz: 1979,57). Foram encontrados aldeamentos cuja antiguidade revela que a cultura guarani já se encontrava estruturada no século V (anos 400 d.C), com mesmas características que as conhecidas no século XVI e na atualidade, já nitidamente diferenciada do tupi, o que leva à consideração de que é de pelo menos um milênio sua gestação.

A pré história guarani – ou as populações "proto guarani" que deram origem aos guarani da época da conquista, da colonização e dos dias de hoje (cf. Susnik: 1975) – é marcada por intensos movimentos migratórios. Dados arqueológicos informam que já nos anos 1.000/1.200 a.C., expandindo-se ao sul a partir de regiões hoje localizadas no oeste brasileiro (cabeceira dos rios Araguaia, Xingu, Arinos, Paraguai), representantes da cultura Guarani ocupavam extensos territórios compreendidos pelos atuais sul do Brasil, norte da Argentina e a Região Oriental do Paraguai (Cf. Smith, 1978; Susnik, 1975, 1979-80).

Em épocas pré-colombianas, a ausência de povoadores não indígenas, o ecossistema formado por florestas subtropicais favoráveis ao cultivo de roçados, a abundância de matas, aspectos demográficos e o relacionamento interétnico com outros grupos autóctones, interferiram diretamente nas decisões migratórias dessa população (v. Susnik, 1979).

Quando não havia "fatores perturbadores como superpopulação e a conseqüente diminuição de áreas de roça, calamidades naturais que incitavam ao novo **oguatá** ("caminhar", "andar") migratório, ou a pressão agressiva do gentio vizinho, reafirmava-se a estabilidade do **guara**" (Susnik, 1979: p.16), isto é, a apropriação de uma região onde se assentam em caráter definitivo, grupos macro familiares ligados entre si; por exemplo, os **Paranayguara**, aqueles que são do rio Paraná (Montoya, 1876:130). Ao lado desses fatores objetivos a provocar migrações e translados, aspectos subjetivos, do âmbito da cosmogonia e da lógica religiosa, também interferiam na decisão das andanças guarani (v. Susnik, 1975; Nimuendaju, 1944).

Nos momentos que antecederam a chegada do europeu, povos guarani estavam assentados em extensas florestas, distribuídos em aglomerações nas terras compreendidas entre os Rios Paraguai, Miranda, Paraná, Tiete-Añemby, Uruguai, Jakui e afluentes (v.

Mapa No.1). Também havia assentamentos guarani no litoral Atlântico do sul do país. (Cf. Susnik, 1979-80; Meliá, 1987). Por sua localização será um dos primeiros povos contatados pelo conquistador.

Cabeza de Vaca, indo de Santa Catarina (atual Florianópolis) a Assunção em 1542, registra sua passagem pelos Rios Iguçu, Paraná, Tibagi, Piquiri: "yendo caminando por **entre lugares de índios de la generación de los guaraníes**, todos los cuales los rescibieron con mucho placer" (Cabeza de Vaca, 1971: 114-115). Não constituíam população compacta e homogênea, mas "uma nação na qual eram identificados núcleos populacionais com especificidades e particularidades distintas" (Thomaz de Almeida, 1991: 1), subdivididos em "parcialidades" ou subgrupos diferenciados mas com identidades que os tornavam pertencentes ao mesmo povo guarani (cf. Susnik, 1979-80; Azara, 1969; Cabeça de Vaca, 1971; MCA, 1951/1970, entre outros).

No mesmo sentido será a descrição de Felix Azara, dois séculos depois, ao afirmar que "estava a nação guarani em todas as partes agrupada em pequenas divisões ou hordas, independentes umas das outras, e cada uma levava nome diferente, tomando o de seu capitão ou cacique ou da paragem que habitava. As vezes compreendiam-se sob um mesmo nome, diferentes hordas que viviam ao longo de um rio ou em alguma outra paragem ou distrito. Eis aqui a origem dos inúmeros e diferentes nomes que os conquistadores deram à única nação guarani" (Azara, 1969:203). Estas considerações sobre a organização espacial guarani da conquista e colônia são relevantes por contribuírem no entendimento dos guarani de hoje.

I.2.- História

Nos três séculos seguintes à chegada do europeu, a vida guarani será marcada por uma forte presença **missionária** jesuítica, pelo assédio de "**encomenderos**" espanhóis e por ataques de **bandeirantes** portugueses. Para jesuítas, os índios eram objeto de catequese, almas a serem salvas para Cristo; para "encomenderos" vindos de Assunção, e bandeirantes, vindos de São Paulo, os índios **em especial os guarani** representavam força de trabalho escravo, única riqueza encontrada nesta região americana.

A literatura sobre etnohistória (cf. MCA, 1951) permite identificar cinco grandes subgrupos guarani na chegada do europeu. Os **CARIOS** (v. Mapa No.1), localizados nas proximidades do Rio Paraguai e cidade de Assunção (1537); os **TAPES**, no atual Rio Grande do Sul e adjacências; os **PARANÁ**, assentados nas proximidades do rio de mesmo nome. Estes grupos forma rapidamente dizimados.

Mais ao norte, entre o Rio Mbotetey, atual Miranda, e o Rio Apa, estavam localizados os guarani da província do **ITATIM** que viriam a se constituir nos atuais paĩ-tavyterã ou kaiowa (v. Thomaz de Almeida, 1984, 1991). Um quinto subgrupo guarani colonial, que é o que nos interessa, ocupava a Província paraguaia do **GUAIRA**, aqui considerados "ascendentes" dos atuais guarani ñandeva que configuram a comunidade de Potrero Guasu.

I.1.3.- "Província do Guairá": "encomiendas", jesuítas e bandeiras

A "Província del Guairá", que pertencia ao Paraguai, abrangia partes dos atuais estados

brasileiros de Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo e estava localizada entre "os rios Paranapanema, Paraná, Iguaçu e a indeterminada linha demarcatória que dividia as terras portuguesas e espanholas, impostas pelo Tratado de Tordesilhas, correspondendo, em área, aproximadamente, 85% do atual território ocupado pelo Estado do Paraná" (Blasi, 1977: 150). Antes e depois do europeu, eram terras ocupadas por populações Guarani (cf. Blasi, 1977: 153; v. Cardoso, 1969 e MCA, vol. I) que chegavam, em 1557, a aproximadamente "quarenta mil fogos", (cf. Perasso, 16:1987) alcançando perto de 200.000 indivíduos.

O Guaira tinha função estratégica e importância geopolítica de destaque naquele contexto histórico. Para espanhóis era via de acesso entre Assunção e Europa, assim como para estreitamento das relações com o Brasil; dominada, propiciaria defesa contra o avanço paulista rumo a oeste. Colonos espanhóis neste momento investem na ocupação de espaços na nova colônia e na exploração do trabalho indígena, única riqueza disponível em toda a região sob influência de São Paulo/São Vicente e Assunção. O próprio governador do Paraguai "faria uma excursão subindo o Rio Paraná, ultrapassando o Grande Salto de Iguaçu [onde] firmou aliança com os caciques Guarani locais, repartindo-os depois em 'encomiendas' de índios" (Gadelha, 1981: 82). Criam as vilas de Ontiveros e Ciudad Real, nas proximidades da foz do Rio Piquiri; em 1576 fundam a Vila Rica do Espírito Santo, na foz do Ivaí com o Corumbataí. As pretensões expansionistas dos espanhóis não passaram despercebidas aos paulistas que no segundo quartel do século XVII, "inquietavam-se com os encomenderos que chegavam às proximidades da vila (SP) para se servirem de índios", (Belmonte, 1948: 151) principalmente após a fundação de Villa Rica.

Os padres jesuitas acompanharão esse interesse pelo Guairá. Em 1603 o governador da Província, "renunciando a los medios militares, propuso el envio de misioneros que redujeran los salvages por la predicación religiosa" (Garay in Gadelha, 1980:30). Esperava-se da Cia. de Jesus

o mesmo desempenho de outras ordens religiosas atuantes na América espanhola, o que não ocorrerá. As reduções, dentro do modelo econômico hispano americano, deviam facilitar o cumprimento das "encomiendas" servindo de depositários de índios, abastecendo o mercado de força de trabalho escravo sobre o qual se apoiava este modelo. Entre 1608 e 1768 a Cia de Jesús implantou dezenas de reduções nas "províncias" do Guairá, Paraná, Itatim e Tapes, toda no Paraguai.

No Guairá fundaram as reduções de San Ignacio e Nossa Senhora de Loreto, às margens dos Rios Paranapanema e Tibagi. Juntas, abrigaram perto de 10.000 guarani em 1614 (cf. Gadelha, 1980). A partir de Loreto, percorreram bacias e vales do Tibaxiva (Tibagiba), Pirapó e Paranapaná (Paranapanema) e encontraram 23 ajuntamentos guarani, o mais distante a 80 léguas (480 kms). San Ignacio, a quatro léguas (24 kms.) de Loreto, havia milhares de índios oriundos de "parcialidades" como Atiguaje, Araraa, Yacare, Mbayzoby, Aracanas e outras por volta de 1610 (v. Mapa No.1).

Mas, "na medida em que as reduções (...) foram sendo implantadas, os religiosos revelaram

facetas contrárias ao ideal colonial, despertando sentimentos de aversão nos hispanos paraguaios" (Thomas de Almeida, 1991:10). O projeto jesuíta, apesar de "reduzir e catequizar", contrariava o modelo econômico colonial ao impedir o fluxo de mão de obra escrava, minando "a base sobre a qual se estruturava a economia colonial e [colocando] em risco o futuro dos colonos". (cf. Thomaz de Almeida, 1991; Gadelha, 1980; MCA, 1951), o que acarretou uma ferrenha oposição de "encomenderos". Em Ciudad Real e Villa Rica as reduções jesuítas bloquearam o "descimento" de aproximadamente 40.000 índios, um potencial econômico respeitável.

As reduções "nasceram a partir da situação de encomienda, e foram a anti-encomienda" (Meliá, 1986, 119); desempenharam papel esperado, porém, não pelos colonos espanhóis, mas, posteriormente, tornando-se tal qual "viveiro de índios cevado pelos padres" (Cassiano Ricardo, 1970:280) sendo útil aos bandeirantes. (cf. Thomaz de Almeida, 1991).

A busca de índios por "encomenderos" espanhóis nas proximidades de São Paulo, num contexto possessório de território apenas parcamente definido pelo Tratado de Tordesilhas (1494), teria sido um dos motivos da organização das bandeiras. Em 1628, Antonio Raposo Tavares e Manuel Preto dirigirão a primeira bandeira destinada ao Guairá contendo 900 paulistas e dois mil índios (cf. Belmonte, 1948). Antes de 1630 "los portugueses de São Paulo asoladores de estas tierras destruyeron a la dicha Provincia del Guairá" (MCA, 1951: II, 31), depois de já terem assolados o Tapes e o Paraná.

O universo contingente de índios do Guaira foi sensivelmente afetado pela presença européia, "parte muerto con extraordinarias crueldades a manos de los portugueses, y sus indios Tupis, parte consumido de hambre, huyendo por los montes, parte llevado en colleras y cadenas, quedando tanto hijos sin padres y estos sin ellos, tanto maridos sin mujeres, y mujeres sin sus maridos..." (Documentos sobre o Bandeirantismo). No Guairá, "encomenderos" teriam apresado entre 200.000 e 1.000.000 de indivíduos guarani; os jesuítas teriam reduzido perto de 50.000 e os bandeirantes levado perto de 60.000 (cf. Meliá, 1986); só o "assalto de 1629 teria custado a liberdade de mais de 50.000" (Taunay, 1951: I, 61).

Ao findar o século XVII e com a descoberta de pedras e metais preciosos no Mato Grosso, os índios deixam de atender os interesses dos planaltinos. O caráter das expedições paulistas mudará substancialmente, encerrando um "ciclo despovoador" (Correia Fo., 1946) e uma "era cruel de descimentos" (Taunay, 1951: 22), quando só interessava a preação de índios, transformando o perfil político, administrativo e econômico da colônia. Os índios da região passam a ser importunados apenas quando deles se necessita ou quanto constituem obstáculo aos planos do colonizador (v. Thomaz de Almeida, 1992).

1.2.2.- "Redescoberta" dos guarani nas matas

O

T*****

*****s (1752) entre Brasil e Paraguai, os guarani ressurgem em informações genéricas. Os diários das expedições demarcatórias (Fonseca, 1937) mencionam vestígios dos índios **monteces**, aqueles habitantes dos "montes" – em espanhol – ou florestas, nas proximidades, vales e afluentes dos Rios Paraná, **Iguatemi**, Amambai, Dourados, Brilhante, Apa, todos no MS atual (v. Mapa No.1). São os caingua, ka'aiwa, kayua, kayová ou outras equivalências fonéticas e ortográficas do termo guarani ka'a (mato) gua (do, de), **"aqueles que são ou pertencem ao mato"** (v. Fonseca, 1934; Bartolome, 1991; Thomaz de Almeida: 1991). Subindo o Rio Iguatemi, a expedição demarcatória informa que "da nação que se conhece habitante por aqui, são os montezes, é gente a pé, vivem em os bosques, não duvidamos, que seria sua habitação esta montanha, e **assim não tínhamos suspeita deles senão quando se entrava entre os arvoredos**" (Fonseca, 1937: 358), dado que

revela a característica guarani de "esconder-se" verificada ainda hoje. Estes guarani, diria um viajante do século XIX carregado de preconceitos, "perderam inteiramente os costumes de origem jesuíta, regredindo à barbárie" (Saint-Hilaire:1974, 127). Com efeito, são aqueles guarani que politicamente não foram 'reduzidos', religiosamente permaneceram 'infieis' e culturalmente se mantiveram 'bárbaros'" (Grünberg, et alli, 1976: 169).

Entre meados do século XVIII e o final do XIX, há um período sem informação sobre os guarani. Permaneceram nas matas da região hoje compreendida pelo oeste do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul, áreas abundantes em erva-mate, esteio da economia da região por décadas. Ao findar o século XIX parte dos guarani reduzidos irá compor o que posteriormente se constituiria na sociedade nacional paraguaia; outra parte, com a expulsão dos jesuítas, reincorporou-se aos parentes guarani que não haviam sido "cristianizados". Serão os descendentes destes Guarani que encontraremos na atualidade.

Na última década do século XIX uma empresa, a Companhia Mate Laranjeira, arrenda e monopoliza os ervais (v. Correia Fo., 1969) em área que incidia com exatidão sobre o território ocupado por índios kaiowa e ñandeva. Com poderes para obstruir a entrada e permanência de colonos ou concorrentes (cf. Thomaz de Almeida, 1991) o arrendamento contribuirá para manter o território guarani no MS sem afluxo de colonos até os anos trinta. Conservaram-se as matas e nelas se mantiveram os guarani, procurando distanciar-se das frentes de colonização que progressivamente tornaram-se mais constantes, maiores e ameaçadoras. Com o fim do monopólio do mate nas primeiras décadas deste século, o território guarani será alvo de desapropriação sistemática por colonos brancos, processo que ainda está em marcha.

1.2.3.- Os guarani ñandeva

Os guarani fazem parte da família linguística tupi-guarani e hoje podem ser classificados em três subgrupos: os **guarani-kaiowa (ou paĩ-tavyterã)**, os **guarani-mbya** e os **guarani-ñandeva** (v. Croqui No.1). Seu território abarca o Paraguai Oriental (Kaiowa, Ñandeva, Mbya), norte da Argentina (Mbya) e o sul do Brasil – Rio Grande do Sul (Mbya), Santa Catarina

(Mbya), Paraná (Mbya e Ñandeva), São Paulo (Mbya e Ñandeva), Rio de Janeiro, Espírito Santo (Mbya) e Mato Grosso do Sul (Kaiowa e Ñandeva). Trata-se de um universo populacional de aproximadamente 40/45.000 indivíduos.

No Mato Grosso do Sul, onde está o maior contingente dessa população, somam perto de 25/28.000 pessoas. Aqui estaremos focando apenas os ñandeva (perto de 9/11.000 indivíduos) e, mais

especificamente, aqueles referidos às terras da comunidade (**tekoha**) de Potrero Guasu (Croqui No. 1). O território atual dos ñandeva compreende os rios Jejui Guasu, Corrientes e Acaray, no Paraguai, e o Rio Iguatemi e seus afluentes (v. Mapa No.1), sendo encontrados também nas proximidades da junção deste com o Paraná. Bartolome (1991) fala de um "habitat histórico" localizado ao sul do Jejui Guasu, ao longo do Alto Paraná e ao sul do Iguasu. Há também assentamentos ñandeva no interior do Paraná e de São Paulo, e no litoral deste último.

Estes guarani podem ser reconhecidos na literatura etnográfica por diferentes nomes. Metraux (1948) os denomina **Chiripa**; Susnik (1961) refere-se a esse subgrupo como **Chiripa Guarani** ou **Ava Katu Ete**; este último nome também é utilizado por Bartolomé (1991); **Ava Guarani**, segundo Cadogan (1959), é a autodenominação utilizada por eles; Schaden (1974) informa que o nome **Ñandeva**, que significa "nós todos [os guarani]", é auto denominação de todos os guarani, porém a única forma usada pelas comunidades que falam o dialeto registrado por Nimuendaju com o nome de **Apapukuva**" (Schaden, 1974:2) referindo-se às comunidades (**tekoha**) do **Iguatemygua**, que pertencem à região compreendida pela lado direito da bacia do Rio Iguatemi, no MS (v. II.1.3, Croqui No. 2); os guarani de Ocoy e do Tekoha Añetete, no Paraná, são enfáticos em afirmarem-se como **chiripa**, termo rechaçado por guarani de São Paulo (Bananal e Arariba) e MS (Jakarey, Pirajuy, Cerrito, Amambai, outros) que se reconhecem como **avá guarani**. Tanto no Mato Grosso do Sul como no Paraná, parecem desconhecer denominações como **apapukuva** ou **oguaiuva** (v. Nimuendaju, 1944; Gadelha, 1980). Os ñandeva de Potrero Guasu, contudo, não só insistem no termo **ñandeva** como desconhecem o termo utilizado por Bartolomé (1991) e Susnik (1974) de **ava-katu-ete**, ou por Nimuendaju (1944) de **apapukuva**.

No Mato Grosso do Sul os ñandeva são encontrados em vários Postos Indígenas da Funai, na maioria dos casos compartilhando áreas que pertencem aos kaiowa como Dourados, Amambai, Caarapo, Ramada, Limão Verde, ou em áreas exclusivamente ñandeva como Jakare'y, Cerrito, Sete Cerros e Pirajuy. Observa-se diferenças entre os ñandeva localizados no extremo sul do estado, isto é, nas proximidades do Rio Iguatemi, e os também ñandeva situados mais ao norte, os **Mbarakajuygua** em áreas próximas aos rios Amambai, Dourados e Brilhante. Da mesma forma que são observadas diferenças entre os aqui considerados ñandeva do Paraná, como será visto adiante (v. II.1.2. e Croqui No.2).

I.2.- SPI, Funai: indigenismo de integração

Uma das primeiras medidas do SPI (1910) foi criar a 5a. Inspetoria Regional, com sede em Campo Grande, para atender

populações indígenas do sul do Mato Grosso e de São Paulo. Relatórios das primeiras décadas deste século ilustram a situação dos guarani, uma população assentada por toda a região entre Ponta Porã (MS) e Guaira (PR). Em toda essa extensão de aproximadamente 600 kms (v. II.1.3., Mapa No.2) "espalhados pelos ervais, **sem residência fixa**, uma quantidade imensa de indivíduos Caiuás" (Estigarribia, 1927).

Apesar do esforço do SPI em **reservar e garantir terras para essa população**, a **visão positivista de integrá-los à sociedade nacional definiu procedimentos geradores dos problemas fundiários que vivem hoje no MS**. O "aldeamento de índios dispersos" nessas áreas reservadas era entendido como procedimento apropriado. O trabalho dos índios em fazendas ou ervais era louvado por "concorrer para o progresso comum". As **terras reservadas** – as "aldeias" – pelo Estado e que depois se tornariam os Postos Indígenas, eram entendidos como o lugar onde pudessem tomar-se produtivos e para onde pudessem "voltar depois da jornada diária, como um "trabalhador nacional" (Idem). Havia a expectativa de que os índios assentados "evoluíram" até a "assimilação" total à "civilização". A "aldeia", como concebida pelo SPI não era "um lugar ocupado por índios", seu habitat ou lugar de assentamento tradicional, mas sim uma área escolhida por funcionários (v. Relatório de Inspetoria, SPI, 1924) que podia ou não coincidir com a ocupação dos índios. A "aldeia", assim, constitui-se numa *unidade administrativa*, sob controle de funcionários de governo. Os critérios para sua escolha (cf. idem) eram qualidade da terra, salubridade da região, vias de comunicação e o lugar era definido pelo funcionários sem consulta aos índios.

Os resultados dessa política revelaram-se insatisfatórios pois a "prostituição que se nota em tão alta escala nas aldeias fundadas por nós, é a conseqüência forçosa do aldeamento, que (traz) à vida sedentária (...) homens que não têm as artes necessárias para viver nela." (Magalhães, 1913:142). Apesar dessa constatação o indigenismo oficial persistiu na mesma política desfavorável aos índios (v. V Parte) que deviam seguir as orientações dos funcionários do SPI. **Suas expectativas e concepções territoriais não eram consideradas.**

Acreditava-se que as oito áreas, Pirajuy, Ramada, Jakarey, Takuapiry, Amambai, Caarapo, Dourados e Panambi, reservadas pelo SPI (Decretos No. 835 de 14.11.1928, No. 404 de 10.05.1915, No. 684 de 20.11.1924, No. 401 de 03.09.1917) para os guarani do extremo sul do Mato Grosso, seriam suficientes para solucionar questões fundiárias uma vez que já (1923) era detectada a necessidade de se abrir novas terras para os guarani do extremo sul do estado (Relatório da Inspetoria do SPI do Mato Grosso, 1923). Contudo, apesar dos decretos reservarem 3.600 ha (cf.

Correia Fo., 1924) para cada uma dessas reservas, já no procedimento de demarcação todas sofreriam reduções, algumas drásticas (cf. Anexo No.6), em função de arranjos entre agentes de governo e interesses de colonos e empresas regionais.

Para os ñandeva localizados no extremo sul do MS com os quais lidamos aqui, foi criada a reserva de Pirajuy através do Decreto No. 835, de 14.11.1928, com um total de 3.600 ha, demarcada, porém, em 1930, com 2.000 ha. Pirajuy foi escolhido por um funcionário do SPI em reconhecimento da região que fez em 1927: "**escolhi também na região de Ypehü, área de terra destinada aos índios, que em número superior a quinhentos, vivem nas margens dos rios Pirajuy, Takuapiry, Aguará e outros (...) dispersos pelas margens dos tributários da margem direita do Rio Iguatemi, na mesma região, grande quantidade de caiuás, sem residência ou não aldeados...**" (Estigarribia, 1927). O documento revela **que o funcionário sabia da existência de índios, que chama genericamente de "caiuá", nos rios Takuapiry, Aguará e Iguatemi que incidem sobre a área reivindicada de Potrero Guasu (v. VI.4., Mapa No.3).** Apesar disso e, talvez, em função da não observância acurada da presença de indígenas, o procedimento do SPI foi seguir a "ideologia indigenista de aldeamento" e não reservou terras para as comunidades existentes preferindo mobilizar a população indígena "dispersa" sobrepondo-as na única área reservada para toda a região. A ótica fundiária do órgão tutor não respeitou nem considerou padrões étnicos de ocupação do habitat tradicional dos guarani (v. item II.1.3). Mesmo procedimento, como será visto, mantém-se até os dias de hoje.

I.3.- Sistemática de desapropriação de terras guarani no MS

Com o fim do monopólio de exploração do mate pela Cia. Mate Laranjeira a partir dos anos vinte, tem início uma **sistemática de desapropriação** de terras ocupadas pelos guarani no sul do atual MS com o afluxo de maior número de colonos – os primeiros títulos de propriedade são concedidos a partir de meados dos anos vinte. Os guarani, uma vez mais em sua história, procuram distanciar-se do **karai** "esconder-se" em suas matas; com o surgimento de fazendas de pecuária e a derrubada das matas, contudo, serão paulatinamente "**descobertos**".

Verificam-se diferentes modalidades para retirá-los das terras que comprovadamente já ocupavam pelo menos desde 1500. O espectro dessa sistemática abrange de ações não beligerantes e oficiais de despejos e translados, até expulsões violentas com homens e armamentos. A desapropriação de Potrero Guasu cai no primeiro caso. Foram ações oficiais e oficializadas de "convencimento" que levaram esta comunidade a abandonar suas terras tradicionais.

O guarani é um povo apreciador de florestas e tudo o que elas representam e contém, seu entorno e suas representações simbólicas. Tanto a literatura como a experiência prática com eles, revelam tendência permanente e contumaz na busca do isolamento e distanciamento quanto possível do karai (branco). São inúmeros os exemplos, contemporâneos e históricos, do surpreendente que é ao karai (branco), encontrar guarani onde supunha não existir. Os que se tornam proprietários podem mesmo reconhecer que a região é território indígena, mas

argumentam, invariavelmente, que em suas terras "nunca houve índios" (v. Thomaz de Almeida, 1984, 1985, 1985a).

A "descoberta" é constatada com a derrubada da mata. Os fazendeiros, ao encontrar índios, ou os expulsam de imediato ou utilizam-se de sua força de trabalho para trabalhos mal remunerados e pesados como derrubadas, corte de postes, plantação de pastos, com o que beneficiam as propriedades.

A expulsão pode vir precedida de avisos para que os índios saiam e de ameaças de que serão retirados à força. Se ineficazes, seguem-se atos de violência como visitas de homens armados e eventuais espancamentos ou humilhações para demonstrar a veracidade das intensões. Muitas vezes – Potrero Guasu é exemplo disso – os índios perambulam **dentro do tekoha/comunidade que se tornou fazenda** (v. II Parte) mudando-se de um lugar para o outro na tentativa de driblar o fazendeiro e permanecer na terra.

Diante da resistência dos índios procede-se a expulsão: indivíduos remunerados pela fazenda e não raro armados, constroem ou forçam, homens, mulheres e crianças a que subam em caminhões que os despejarão nas proximidades de algum Posto Indígena na beira de estradas (v. idem).

O Estado brasileiro participa dessa sistemática ao pretender "aldear índios dispersos". A Funai, como constatado de 1976 até hoje, ao deparar-se com índios "desaldeados", invariavelmente se prontifica a convencê-los a mudarem-se para Postos Indígenas sem questionar a origem das famílias encontradas, subtraíndo seus direitos à terra, corroborado com os despejos de comunidades e legitimando, desta forma, a sistemática de desapropriação de terras guarani – foi o que aconteceu com o chefe de posto de Pirajuy durante os trabalhos do GT em 12.1997, diante de um grupo de guarani que por alguns dias esteve acampado nas proximidades do povoado de Takuapiry (v. II.2., Croqui No.3).

Há um "ambiente cultural regional" onde o direito dos índios se reduz às minúsculas "terras reservadas", nas "aldeias" ou Pls da Funai. Esta barreira, construída pelo pensamento regional, até pouco tempo inibia intentos dos índios procurarem seus direitos.

Valia o argumento de que "não era terra indígena" e que índios deveriam dirigir-se aos Pls.

Esta sistemática, contudo, vem sendo rompida pelos índios. De 1977 para cá (cf. Thomaz de Almeida, 1984, 1985, 1985a, 1991) constata-se uma disposição pertináz dos guarani em garantir suas terras, não só relutando em sair de onde estão como também mobilizando-se, a partir de onde estão, como é o caso do Potrero Guasu, para recuperar terras que foram obrigados a abandonar no passado. O acompanhamento desse processo tem possibilitado desvendar conceitos guarani de "terra", "comunidade", "território", "mato" e outros, bem como conhecer melhor suas atuais formas de organização social, abrindo, por sua vez, a possibilidade de reconsiderar procedimentos de agências indigenistas, oficiais ou não frente à temática fundiária desta população. Nos últimos vinte anos doze áreas guarani foram recuperadas – Potrero Guasu poderá ser a décima terceira. Apesar das lides jurídicas que

muitas enfrentam há anos e de demarcações, em alguns casos, em dimensões menores das esperadas pelos índios, constata-se **impacto incipiente com a regressão populacional** em áreas superpovoadas de alguns Postos Indígenas, o que ocorrerá com Pirajuy com a demarcação de Potrero Guasu.

I.4. - Potrero Guasu

Não há relatos de violência ou **expulsões em larga escala** (v. Comentários 10, 11, 13, 20, 28, II.2., Croqui No.6) praticadas contra os índios de Potrero Guasu. Da mesma forma que o tekoha (comunidade) kaiowa de Panambi (MS), Potrero Guasu sofreu uma intervenção do governo federal que incidiu sobre sua área para promover loteamento para a colonização, provocando o deslocamento da população indígena.

O adensamento populacional em torno da área de Potrero Guasu teve início nos anos cinquenta com o fluxo de colonos paraguaios. Este movimento de pessoas coincidiu com turbulências políticas experimentadas pelo Paraguai no final dos anos quarenta, que levaram inúmeras famílias a solicitarem asilo político a países vizinhos. Presença maior de colonos brasileiros se dará nos anos sessenta quando o extremo sul do Mato Grosso passa a ser foco de políticas federais de colonização.

No final dos anos sessenta surgem os "agentes históricos da transformação" (cf. Rosaldo, 1980). Cria-se uma unidade do exército no então povoado de Paranhos; o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) chega para promover o loteamento das terras "devolutas" de Potrero Guasu, onde estavam os índios; a partir de 1968 a missão alemã (Deutchs Indiaaner Pioneer Mission) instala-se na região para atender os guarani.

A Funai (1967) terá participação incipiente e pontual neste momento. Eventualmente "vinha um caminhão" trazendo roupas, sapatos, panelas, machados, ferramentas e remédios; visitas de médicos e dentistas eram esporádicas e precárias (v. Anexo No. 3). A rigor a Funai estabeleceu um convênio, ao que parece não explicitado formalmente, com os missionários, aos quais coube dar atendimento sistemático às comunidades do Potrero Guasu e do Pirajuy.

A presença de índios naquele momento e em terras **destinadas à colonização**, exigia intervenções incisivas para cumprir os princípios indigenistas e as diretrizes básicas da Funai: promover a **integração** dos índios à sociedade brasileira pelo **aldeamento**, e a conseqüente liberação de terras para colonização. Sem recursos, transporte, reflexão e planejamento e, ainda, sem uma definição firme de intervenção em favor dos índios, a Funai, como verificado ainda em meados dos anos setenta (v. Thomaz de Almeida, 1991), esteve a mercê do apoio que recebia da missão no atendimento aos índios de Potrero Guasu e Pirajuy.

I.4.1. - A missão alemã

Dois eixos podem ser realçados na prática de intervenções indigenistas junto aos guarani do MS que, em certa medida, é extensiva a todo o país. De um lado, a orientação precípua da

ação indigenista oficial de "chamar os índios à civilização"; de outro, a ênfase em persuadí-los por "intermédio de missionários" que, imbuídos de "fé cristã (...) se internem nos sertões a fim de aldear e catequizar esses infelizes" (Monteiro, 1981:13).

Na medida em que não tergiverem das orientações oficiais, as missões são incentivadas e procuradas para atender os índios, uma tradição no indigenismo brasileiro que se manifesta plenamente no caso aqui em pauta e foi observada no Mato Grosso do Sul nas últimas duas décadas.

Em seus depoimentos (v. Anexo No.3), índios e regionais apontam a missão alemã (Deutchs Indiaaner Pioneer Mission) como protagonista de relevo no traslado dos grupos familiares de Potrero Guasu a Pirajuy, incentivando a mudança e oferecendo apoio em transporte e material para o assentamento. O intuito da missão, afora o proselitismo religioso, era de atender os índios em saúde e educação, o que se daria mais facilmente no Pirajuy.

Outro argumento relevante do processo de "convencimento", era de que, em Pirajuy, seriam melhor atendidos, teriam remédios, ferramentas, sementes e terra para plantar, além de roupas, sapatos e utensílios domésticos. Atualmente os índios comentam com alguma indignação que "hoje em dia" a missão cobra "até uma

aspirina". Substancialmente a situação aqui descrita não difere da protagonizada por missionários e índios guarani no século XVIII. Montoya (1985) informa que os jesuítas, para **aldear** ou reduzir índios, ofereciam "anzóis, agulhas, alfinetes e contas".

O argumento principal para o "convencimento" contudo, era de que na região já havia sido reservada terras para índios. De parte do governo havia orientação explícita de que não seriam atendidos fora do Posto Indígena e que deviam "aldear-se" em Pirajuy. O Incra, outro braço do governo, atuava célere na demarcação de lotes nas terras guarani sem qualquer solicitação de permissão aos índios (v. Anexo No.3). Os agentes religiosos, uníssonos com os procedimentos de governo, detentores de recursos e com presença permanente, a pressioná-los ao "aldeamento". Colonos que ocuparão os lotes do Incra e proprietários de terras que abrirão fazendas nos anos subsequentes, têm, também, interesse de ver as terras liberadas. **Todos tinham por objetivo conduzir os índios do Potrero Guasu a Pirajuy para liberar terras.**

Em 1970 as famílias de Potrero Guasu estavam encurraladas com a redução de sus terras. Como referido, a modalidade de "convencimento" tem caráter menos grotesco do que o comumente praticado pelas fazendas com traslados violentos das famílias indígenas, o que, no entanto, não elimina o constrangimento para fazer valer as decisões de governo.

Não há nenhuma indicação de que teria havido resistência dos índios que sempre mantiveram relações amigáveis com regionais, missionários e funcionários de governo. Mediado pelo desconhecimento do comportamento do branco e com medo deles (v. Anexo No. 3 e próximo item) os ñandeva de Potrero Guasu deixaram-se convencer, mudaram-se e viram-se esbulhados, não pela violência mas por uma espécie de engodo, de seu principal patrimônio, a terra, garantia de sua reprodução física, cultural e social.

I.4.2.- Mudança a Pirajuy: entendimento dos índios

Ao descreverem a dinâmica de Potrero Guasu antes da chegada de colonos, os ñandeva declaram que era um lugar ocupado por muitas famílias (extensas), com muitos sacerdotes rezadores (**oporaiva**), com vida religiosa e social intensas. Recebia muitas visitas de outras comunidades da região para as constantes cerimônias que promovia, da mesma forma que os de Potrero Guasu iam a outras comunidades participar de rituais com muita chicha (**kāguy**).

Constata-se um intenso relacionamento entre as muitas comunidades guarani-ñandeva localizadas na porção sul-oeste da bacia do Rio Iguatemi, onde se insere Potrero Guasu (v. II.1.3., Mapa No.2).

"Naquele tempo" (anos quarenta/cinquenta pela idade do depoente) não havia fazendas e eram poucos **karai** (brancos) que estavam em nossas terras; só havia carreta, não tinha carro ou estrada. Tudo era mato, um **tekoha** rico" (v. Anexo No. 3).

No início, segundo informam os índios, o loteamento não incomodava, eram poucos os **karai**. Às vezes a Funai vinha com caminhão para tirar chapa e trazer roupas, sapatos, ferramentas mas logo o chefe de posto, de nome Valdeci, começou pressão para que mudassem para Pirajuy dizendo que não atenderia quem estivesse fora, mesmo havendo mais famílias no Potrero Guasu do que no Pirajuy (cf. Idem).

Então, dizem os índios mais velhos, começaram a chegar os **karai** (brancos). Vários depoimentos revelam o medo que os ñandeva tinham "de seus animais, de suas vacas, de seus caminhões" (v. Anexo No. 3). **Fugiam para o mato** e se escondiam, procurando não ver o branco que consideravam "donos das doenças" (idem). Dizem os índios que muitos deles ficavam doentes e que o missionário oferecia remédios para as enfermidades que desconheciam. "Não tínhamos remédios" e "escutávamos" (**rohendu**) dos brancos (**karai**) que no PI Pirajuy o missionário poderia oferecer recursos. Vindos de PI Pirajuy os missionários efetivamente traziam remédios, ferramentas, roupas e ofereciam programas de alfabetização aos grupos familiares no Potrero Guasu, aproximadamente a 16 kms daquele PI, distância que também era utilizada como argumento de "convencimento" (v. Mapa No.3).

Os lotes do Inkra já estavam sendo ocupados e a comunidade ñandeva via-se cada vez mais acuada. Nas regiões de Kaxi Kue, Martínez Kue e Volcán Kue, dentro do Potrero Guasu (v. III.2., Croqui No.6), fazendeiros pressionavam as famílias desses lugares a que se transferissem para PI Pirajuy ou fossem para o Kapi'i. Pressionados por fazendeiros, famílias ñandeva foram obrigadas a mudarem-se; paraguaios pagos por fazendeiros enganaram os índios e os colocavam em outros lugares fora da fazenda (v. Cometário No. 20 no Croqui No.3) Havia clima para tanto (v. Anexo No. 3 e comentários Nos. 10, 11, 13, 20, 28). Os índios eram conduzidos para um lote de 15 ha. que, a pedido da missão que ali construiu uma escola, o Inkra havia cedido aos índios. O **tekoha** (comunidade, espaço ou "lugar onde realizamos nosso modo de ser") de Potrero Guasu estava, ao iniciar a década de setenta,

reduzido a um lote (15 ha. !) situado, dizem os índios, "não aonde nós estávamos" mas em outro lugar, revelando a compreensão de que o **tekoha** ("aldeia"/comunidade) estava descaracterizado.

"Começaram a chegar muitos brancos...; tínhamos medo. Começamos a pensar em mudar para Pirajuy...". Em 1973 o veículo do missionário fez a mudança das "trilhas" de Genaro Benites

(aproximadamente 80 anos, v. Foto No.1), a última família a deixar o Potrero Guasu.

1.4.3.- Situação atual da comunidade de Potrero Guasu no Pirajuy

A missão alemã sempre teve presença marcante no Pirajuy. Professando um cristianismo protestante fundamentalista, os missionários se mostraram rigorosos (se comparados a outras missões protestantes da região) ao exigir padrões de comportamento ocidentais e normas inflexíveis de concepções religiosas dos prosélitos ñandeva, o que tem sido permanente motivo de antagonismos entre grupos "catequizados" e "não catequizados". De outro lado, o apoio material oferecido pela missão aos que vieram do Potrero Guasu permitiu que em pouco tempo líderes deste lugar ocupassem espaços políticos chaves no Pirajuy, contribuindo para o surgimento de conflitos (cf. Thomaz de Almeida, 1991, cap. 10).

Chamou a tenção do coordenador do GT (que acompanha Pirajuy desde 1976) contudo, a notável inversão de posições na liderança da comunidade, o que deve ser atribuído ao empenho de recuperação de Potrero Guasu iniciado em 1990. Os mesmos índios "missionarizados" revelam, hoje, forte ímpetus para voltar a Potrero Guasu. Lançam mão, invertendo o movimento do início dos anos setenta, da religiosidade guarani (v. fotos) para orientar-se na recuperação de seu tekoha/comunidade. Os mais velhos têm reavivado a prática de seus rituais e permanentemente apresentam consistentes manifestações simbólicas de identidade guarani como a utilização permanente de paramentos e símbolos religiosos (fotos). Os paramentos religiosos, as armas francamente expostas, o discurso enérgico e, principalmente, a fervorosa prática de rezas, ritos e cerimônias estão voltados para a solução do problema fundiário.

Aos jovens fica difícil controlar um sentimento de agastamento com o fato de seus pais, no passado, terem abandonado as terras. Durante os trabalhos do GT três dos filhos de uma família com forte inserção na missão, rebelaram-se e chegaram a discutir com agressividade, o que é raro para os guarani, com os missionários, demonstrando profunda insatisfação.

Como pano de fundo, a difícil situação que estão vivendo em Pirajuy já que os **conflitos**, tão peculiares ao modo de ser (teko) guarani não foram interrompidos – o que só ocorrerá após a mudança a Potrero Guasu, quando se estabelecerão relações distanciadas e comunidades/tekoha autônomas (v. Mapa No.3). Apesar da coordenação política estar em mãos de grupos originários do Pirajuy, estes não deixam de explicitar, com

freqüência, criando, assim, um clima de pressão, para que os de Potrero Guasu realizem a mudança na brevidade possível.

Cabe observação importante a propósito dos **conflitos**, aspecto constitutivo da vida guarani e que não deve ser trabalhado como coisa anômala. A literatura colonial já registra movimentos de secessão nos tekoha/comunidades como decorrência de animosidades, provocadas por diferentes razões (luta pelo poder, feitiço, ruptura de casais, etc), entre grupos macro familiares de um mesmo tekoha/comunidade. O grau e a importância atribuída à disputa podem provocar, por sua vez, a transferência do grupo mais fragilizado, que se vê compelido a buscar assentamento em outro lugar. A partir daí há o surgimento de um novo tekoha/comunidade. Atualmente estes movimentos têm sido dificultados pela absoluta ausência de espaços disponíveis. Os conflitos, em contra partida, têm se acirrado em decorrência do "aldeamento" de famílias guarani em pequenas áreas. Como mencionado em outro lugar deste relatório, os grupos macro familiares que se tornam vizinhos compulsoriamente, jamais procurariam tal proximidade voluntariamente. Os desentendimentos entre os de Potrero Guasu e Pirajuy tipifica essa peculiaridade dos guarani e reforça a necessidade de terras.

De um outro lado, para entender esse ímpeto para voltar a Potrero Guasu, tanto de um quanto de outro grupo, deve-se levar em conta o fato de que em **novembro de 1996** ficou estabelecido, com o Presidente da Funai e seus assessores, que **naquele mesmo ano** seria constituído o Grupo Técnico que oficialmente faria a identificação de Potrero Guasu. Os guarani-ñandeva de Potrero Guasu, principais interessados na terra, e os de Pirajuy, diretamente envolvidos na questão, **acreditaram** nessa promessa e consideraram que a mudança a Potrero Guasu seria feita durante 1997 (v. Documentos Nos. 1, 2, 3, 4, 5 no Anexo No.4)

O fato do GT ser designado para a Identificação da área **apenas em novembro de 1997**, exatamente um ano depois, justifica a profunda revolta dos ñandeva quando o GT chegou para o trabalho, deixando claro sua disposição em "invadir" a área (v. Anexo No.2 e No. 4). As famílias de Potrero Guasu estão passando dificuldades com alimentação já que não cultivaram roças no último ano agrícola e comeram suas galinhas, porcos e patos. Alegam (principalmente as mulheres) que mesmo plantando agora não terão colheita imediata e que a alternativa da "changa" também está descartada porque os fazendeiros dizem que "não têm dinheiro para pagar seu trabalho".

Some-se a isso, a pressão dos de Pirajuy para que se mudem, o que se manifesta de forma velada, não perceptível ao olhar incauto do karai (branco) mas contundente para os índios. Os de Potrero Guasu não têm acesso ao trator, a sementes, ferramentas e cestas

básicas, assim como outros insumos que chegam à comunidade, bloqueados pela liderança

do Pirajuy.

Apesar do GT, depois de muitas discussões (v. Anexo No. 2), ter estabelecido com o pessoal do Potrero Guasu o compromisso de que aguardariam o período do contraditório definido pelo Decreto No. 1775, **notícias vindas da área (02.04.1998) informam que os ñandeva estão predisposto a ocupar uma parte da área, e lá esperar os procedimentos oficiais para legalização definitiva da área.**

Neste sentido, este relatório quer deixar em relevo a recomendação de que se faz necessário acelerar, na medida do possível, os trâmites para essa legalização definitiva da Terra Indígena de Potrero Guasu. A Funai deve envidar esforços para acompanhar e apoiar as aproximadamente 620 pessoas pertencentes ao Potrero Guasu e que estão no Pirajuy, de modo a intermediar os conflitos sem, cabe repetir, considerá-los como anomalia, e **garantir sua subsistência** durante a espera pela terra. O acompanhamento da situação pela Funai permitirá prever às iniciativas dos índios e com eles definir estratégias apropriadas. Como fator determinante para este acompanhamento está a necessidade de se manter a situação regional em clima de tranquilidade para, desta forma, encontrar as soluções do problema.

II Parte

Para atender à II Parte da Portaria no. 14 de 09.01.1996, o relatório procura abordar os "instrumentos do pensamento através dos quais o grupo social expressa sua concepção a respeito do espaço físico geográfico no qual se insere" (Thomaz de Almeida, 1985: 17).

II.1.- CONCEITOS GUARANI DE ESPAÇO

O que de fato sucedia com a organização do espaço pelos guarani considerados "dispersos" pelos funcionários de governo? A ocupação espacial guarani da perspectiva do ocidental sugere, de imediato, aleatoriedade e desorganização, sensação superada com o entendimento dos critérios e regras que a sociedade guarani determina para a ocupação de um espaço do qual depende sua sobrevivência.

O acompanhamento da movimentação de grupos macro familiares guarani-kaiowa e guarani-ñandeva por antropólogos nos últimos trinta anos, tanto no Paraguai como no Brasil, permitiu conhecer, de forma cristalina, as orientações centrais deste povo na ocupação de seu território.

Duas noções devem ser prioritariamente consideradas. De um lado, a idéia de **tekoha guasu** ou "comunidade/aldeia grande", espaço ampliado onde se distribuem as comunidades ("aldeias"); de outro, a noção de **tekoha** ou "comunidade/aldeia", espaço que abriga as famílias extensas e as famílias nucleares a ele pertencentes. São, assim, as noções de **comunidade (tekoha)**, onde se inclui o aspecto físico como a terra o mato e seu entorno, e de **território (tekoha guasu)**.

II.1.1. - Tekoha: noção de comunidade/"aldeia"

Pode-se dizer que estes conceitos são entendidos de forma similar entre os ñandeva e os kaiowa, mas pode apresentar variações na compreensão dos guarani-mbya que, no entanto, não nos interessam aqui.

O termo **teko** é básico nesse entendimento. Montoya (1876: 362) traduz o termo como "ser, estado de vida, condição, estar, costume, lei hábito". Assim, o ñande (nosso) **reko** (teko), pode ser traduzido de forma livre, como "modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição, costume". A partícula **HA** que compõe o termo **tekoha**, é um "verbal que se encontra em nomes e verbos; significa instrumento com que se faz a coisa, modo, causa, intento, fim tempo, lugar..." (Montoya, 1876:135). **Tekoha** é, desta forma, o lugar físico, a terra, o mato, o campo e tudo o que nele exista, onde se realiza o sistema, o modo de ser, a cultura, o estado de vida dos guarani; **o termo engloba a noção de comunidade vivendo em um determinado espaço físico** (v. Croqui No.3).

O **tekoha** é, assim, uma área restrita, e, para os guarani, notadamente diferenciada da noção de território. Seus limites físicos são, invariavelmente, nítidos e, em geral, há coerência e equilíbrio entre número de famílias e dimensão espacial. Potrero Guasu é bom exemplo disso (v. também os casos Paraguasu, Pirakua e Jaguapire in Thomaz de Almeida, 1984, 1985, 1985a). As áreas pleiteadas ou ocupadas por famílias guarani se apresentam com clareza no terreno, sempre referidas a rios, córregos, montanhas, colinas, matas, arbustos, árvores e outros marcos naturais entendidos como referenciais deixados pelo deus criador. Um tekoha, idealmente, deve oferecer água boa, terras agricultáveis para o cultivo de roçados, áreas para a construção de casas familiares e criação de animais, assim como casas de rezas para a prática de cerimônias e rituais religiosos. Deve conter, antes de tudo, matas (**ka'aguy**) e todo o ecossistema que representa como animais para caça, águas piscosas, matéria prima para casas e artefatos da cultura material, frutos para coleta, plantas medicinais, etc.(v. Croqui No.3 e No.6), o que tem se tornado difícil ultimamente dada a ocupação predatória em todo o MS.

Nestes termos, a noção de "mato" (**ka'aguy**) mais do que de terra (**yvy**), parece ser o conceito que mais se aproxima e melhor traduz, o sentimento de espaço guarani no âmbito da comunidade e seus laços familiares e sociais.

Desta forma, o significado de *terra* para o guarani envolve compreensão mais ampla que a do branco. Os guarani não estão em busca de "terra" como mera entidade econômica (capital), mas a consideram como um todo, como instituição divina oferecida pelo Deus-Criador com **exclusividade à comunidade que nele reside**, não devendo ser vendida nem privatizada, cabendo a cada família que pertence ao tekoha posse eterna, herdada das entidades divinas. Não se deve alterar o equilíbrio ecológico para não matar a terra. Seu valor não é medido apenas por seu potencial econômico, mas sim cosmológicos, sociais e culturais.

Cada **tekoha** contém, **invariavelmente, um número determinado** de famílias extensas, chamadas pelos ñandeva de **ñemoñare**, e que **pertencem ao lugar**, correspondendo a cada

uma, área específica dentro do **tekoha** (v. Croqui No.3), por onde se espalham as famílias nucleares (**ñemoña**) que compõem o grupo extenso. Como dito, é um espaço de usufruto eterno de cada família, devendo apresentar condições para a realização da vida social e física, o que ocorre quando a escolha da área é possível. Cada tekoha, assim, terá um número determinado de famílias que são aquelas que, **por serem do lugar**, a ele têm direito.

Isto, como referido acima, ilustra, em alguma medida, os conflitos atuais no MS, já que grupos macro familiares são obrigados a conviver com outros grupos familiares com os quais não conviveriam voluntariamente (é o caso de Potrero Guasu e Pirajuy tratado em item anterior). As famílias terão dificuldades em se manter e viver em um tekoha ao qual não pertencem, o que dá idéia como a política de "aldear índios" em áreas reservadas foi daninha para os guarani.

Dentro de um tekoha tradicional, os grupos macro familiares convivem com grupos familiares com os quais mantêm afinidades e são escolhidos por eles. As rígidas regras e critérios, definidos por relações de parentesco, para a ocupação de um tekoha e a necessidade de uma família **pertencer** ao lugar ter direito de utilizá-lo, elimina a crença do senso comum utilizada na prática indigenista, de que os guarani vivem e ocupam espaços aleatoriamente (v. Anexo No. 7; Croqui No.3 e N.6).

Um tekoha guarani é, assim, formado por **famílias extensas** ou **grupos macro familiares**, constituídos, por sua vez, de **famílias nucleares** que se aglutinam numa área determinada (o **tekoha** em seu aspecto físico geográfico) em função de relações de parentesco

consangüíneo e por afinidade. Cada família terá laços de parentesco com um ascendente comum, o que define um sistema de parentesco por linhagem.

Cada habitação de família nuclear estará inserida na região à que pertence sua família extensa, e terá laços fortes com seus parentes-vizinhos que se visitam para trocas (com produtos de roça, de uma caçada ou de pesca) ou relações sociais. A visitação constante entre parentes é uma instituição que caracteriza os guarani. São determinantes no funcionamento da sociedade e podem durar meses sem que o visitante seja considerado do lugar e nem perde o seu espaço no tekoha de origem.

A família extensa por sua vez se constitui numa "micro sociedade" (v. Oliveira Fo., 1988). Engloba as variáveis que compõem a sociedade guarani em sua totalidade, conformando-se na **unidade de produção e consumo da sociedade guarani**. Pode ter vida política e religiosa específicas e autônomas, constituindo-se numa entidade com vida própria o que, contudo, não significa desconexão com outras famílias extensas e outros tekoha com os quais são mantidos estreitos contatos e relações de troca de matrimônios (Croqui No.3).

Estes casamentos podem dar-se ou não dentro de uma mesma comunidade. O critério básico é de que não haja consangüinidade, modalidade de união não recomendável (**mbora'u**). Os conjuges devem pertencer a grupos macro familiares diferentes e são explícitas as regras

desse procedimento, caracterizando regras exogâmicas do sistema em relação ao grupo macro familiar. Não há regras prescritivas de casamento e a poligamia não é aceita.

Não há, de outro lado, normatização rígida para o assentamento de um novo casal, o que caracteriza regra de residência bilocal. Na maioria dos casos contudo, novos casais vão formar moradia junto à família da mulher, marcando uma tendência à uxorilocalidade, havendo, em geral, coincidência entre desempenho econômico e político de uma família e o número de mulheres de que dispõe para oferecer em casamento e a inclusão do "genro" como força econômica à família. Contribui para a escolha do lugar de um novo casal, o peso político e econômico das famílias envolvidas.

Um indivíduo, segundo o laço de parentesco que defina, pode incluir-se como membro de um ou mais grupos. **É, portanto, o lugar onde habita que determinará sua relação familiar, sua posição no tekoha. A residência assim, prepondera sobre a descendência.**

À idéia de tekoha estará associada, necessariamente, à idéia de **óy** ou **oga** (casa), que abriga a família nuclear (pai, mãe e filhos), compreende uma habitação de aproximadamente 6m X 4m, de

um ou dois cômodos onde a família nuclear descansa, constituindo-se, portanto em espaço privado por excelência (v. Croqui No.4). Uma outra construção ladeia a primeira. Suas dimensões geralmente são menores e nela há fogo permanente. É onde são preparados os alimentos. É um espaço intermediário entre o público e o privado. Uma terceira construção pode existir; nela são depositados os produtos da roça, ferramentas e outros utensílios. A "casa" guarani compreende ainda o pátio (**oká**), onde estão as construções. É espaço público por excelência, onde os donos da casa recebem visitas e onde se passa a maior parte do tempo. As construções têm troncos de árvores por estrutura, sapé ou folhas de pindó (espécie de palmeira) por cobertura e takuara (bambu) ou ripas de pindó ou outras árvores como paredes (cf. Thomaz de Almeida, 1985), matéria prima no mato.

No pátio, ao redor das casas, são cultivadas plantas da **oga jere** (literalmente "ao redor da casa") que servem de matéria prima para remédios do cotidiano, assim como árvores frutíferas e que dão sombra (valorizadas para, em dia de calor, tomar o terere e conversar). De um modo geral as casas guarani são bastante aprazíveis (v. Croqui No.4). Suas roças são cultivadas em terras férteis geralmente distantes da própria casa (v. Croqui No.3).

Atualmente os tekoha guarani contam com o "capitão", liderança política criado para realizar a intermediação entre o organismo tutelar (SPI e Funai) e a comunidade, na medida em que, para o ocidental, é difícil entender e lidar com uma sociedade humana sem um poder centralizado. Este "capitão" é escolhido pela comunidade, o que não impede, dada sua própria natureza, que missionários ou chefes de postos interfiram na escolha desse líder. Seu poder, dentro da organização de um tekoha é, porém, relativo. Sua função é de representar a comunidade nas relações com mundo do branco (Funai, fazendas, missões, regionais, etc) e só tem sentido frente a questões que envolvem toda a comunidade. Tendo em vista que a família extensa constitui, na realidade, a unidade de produção e consumo da sociedade

guarani, são apenas em momentos específicos, quando o grupo enfrenta problemas que atingem a todos, que o tekoha ou a comunidade guarani revela-se como totalidade. É o caso de problemas que envolvam a terra ou mesmo cerimônias religiosas das quais todos participam: "somente em determinadas circunstâncias, como em importantes festas religiosas, a horda ou aldeia toda aparece realmente como unidade" (Schaden, 1974: pp12).

Com efeito, os guarani apresentam não só diferenciações subgrupais como também divisões em cada subgrupo, formando subconjuntos (v. II.1.2.). Isso corresponde a comportamentos específicos a cada situação local e, portanto, a uma extraordinária variabilidade de comunidade para comunidade. A

cada situação local, isto é, a cada comunidade, corresponderá características próprias no seu sistema organizativo, configurando uma unidade social, política e religiosa à qual cada família que a ocupa apresentará consonância, garantindo a sobrevivência do grupo. O conhecimento dessa sociedade constitui, assim, uma interessante tarefa na medida em que sua complexidade desafia a descrição etnográfica de qualquer de seus aspectos (Cf. Schaden, 1974; Meliá, 1987).

Tradicionalmente, como, inclusive, descrevem os ñandeva do Potrero Guasu, os tekoha eram orientados política e religiosamente por uma liderança única, um sacerdote que tinha sob seu comando os **yvyraija**, uma espécie de grupo de ajudantes capazes de realizar e encaminhar questões práticas principalmente quando estas se vinculavam ao mundo ocidental. Como será visto, isto ainda funciona e se revela flagrante nos casos de recuperação de terras, quando, invariavelmente, **uma liderança política não atua sem a orientação religiosa**.

II.1.2.- Tekoha Guasu: noção de território

Uma noção de território indígena dependerá de cada povo. O conceito pretende aproximar-se, a rigor, de uma realidade milenar de relação entre um povo e seu habitat natural. Assegurado, o território representa a continuidade, a reprodução, o futuro do povo que a ele pertence e a quem o território pertence. Florestas, rios, vales, riachos, arroios, campos, lagos e outros acidentes geográficos se identificam com a existência de uma povoação indígena e provêm seus meios de vida; é a riqueza recebida e herdada de seus antepassados e o legado às gerações futuras. Em todo ou em partes, configura a memória e condiciona a experiência coletiva de um povo (v. Chirif et alli, 1991).

Como visto (I Parte), no século XVI os guarani ocupavam grandes extensões de terras sem, contudo, formar um corpo político organizado em unidade ou poder político único e centralizado. Ao findar o século XVIII o viajante Félix de Azara descreve mesma forma de organização afirmando que os guarani encontravam-se "por todos los lados agrupados en muy pequeñas divisiones u hordas" (Azara, 1969: 203), mantendo cada uma sua autonomia frente às outras (cf. também Montoya, 1985; Guzmán, 1980; MCA, 1952; Saint-Hilaire, 1974).

Tais descrições sobre a ocupação do espaço territorial guarani de séculos passados são adequadas para considerar a realidade guarani de hoje: os tekoha (comunidades) guarani-

ñandeva encontram-se distribuídas em pequenas divisões, sem liderança única, cada uma mantendo sua autonomia política e religiosa frente a outras.

Os ñandeva contemporâneos ocupam região que compreende o Rio Iguatemi (MS), sobre a Serra de Maracaju; se estende para o Paraguai, rumo sudeste, até o Rio Jejui, que delimita a fronteira territorial com os mbya; continua para o sul até o Rio Acaray, no Paraguai, e o Iguaçu, no Paraná, prolongando-se por este último, em direção leste, até as cabeceiras do Piquiri, do Ivai, do Tibagi e Parapanema. Alguns assentamentos são encontrados no litoral e interior de São Paulo. É este o território atualmente habitado pelos guarani-ñandeva (v. Croqui No.5 e Mapa No.1).

Neste território há quatro subconjuntos do subgrupo guarani-ñandeva, cada um com modo próprio de entender o **teko** ou **modo de ser guarani-ñandeva**: a) os **Paranaygua**, assentados nas proximidades do Rio Paraná; b) os **Ka'arugua**, cujas comunidades ocupam as proximidades dos rios Corrientes e Capi'yvari no Paraguai; c) os **Mbarakajuygua**, localizados na Serra de Maracaku entre o MS e o Paraguai; d) os **Iguatemiyygua** (v. Croqui No.5), isto é, que "pertencem" ao Rio Iguatemi (cf. Discussões pessoais com a antropóloga Beate Lehner, *Servicios Socio Antropológicos y Jurídicos, Paraguay, 1991*).

Nestes últimos estão incluídos os de Potrero Guasu e todos os **tekoha** dos afluentes da margem direita do Rio Iguatemi: "ignora-se o número de indivíduos a que possa atingir essa família, residente nas imediações do rio Iguatemy. É ainda pouco conhecida, entretanto supõe-se ser numerosa, de índole pacífica e dada à vida sedentária" (Cardoso Junior, 1873).

Descrever e esmiuçar cada um desses subconjuntos não é necessário aqui, bastando que se considere que os de Potrero Guasu pertencem aos **Iguatemiyygua**. Mencionar sua existência porém é útil para aprofundar o conhecimento sobre a organização dessa sociedade e, assim, melhor contextualizar, nela, a comunidade de Potrero Guasu. A importância de entender, ainda que tengencialmente, estas subdivisões Ñandeva, reside no fato de que revelam laços de relações sociais e sistemas de organização que "amarram" todos os guarani considerados por muitos como "**dispersos**" pela região em pauta.

Cada subconjunto guarda características próprias em suas explicações míticas, seu entendimento cosmológico, em rituais, cantos e rezas. É também dentro deles que, preferencialmente, os jovens vão buscar suas mulheres e realizam-se casamentos que definirão vínculos de parentesco entre os tekoha/comunidade assentados no território, e que vão orientar as relações das famílias, definindo, por exemplo, o fluxo de visitas e, portanto, das andanças guarani e a ocupação espacial.

O contorno do território ñandeva na atualidade (v. Croqui No.1)

fica nítido não só pela localização de suas comunidades/tekoha, como também pela ausência deste subgrupo em outros lugares, o que indica seu assentamento efetivo na área que ocupam e a ausência de migrações recentes, como ocorre com os guarani-mbya, os únicos que migram. De outro lado, ao pretender, como ocorreu com a comunidade de Ocoy (PR), demarcar uma área para o tekoha fora do que consideram ser o seu território, os índios não aceitam, por mais que apresente boas condições ambientais. Os ñandeva e os kaiowa, diferentemente dos mbya, não só não aceitam abandonar o território como exigem e reivindicam terras próprias, definidas por marcos naturais claros e nítidos como visto acima. Isto quer dizer que a escolha da área do tekoha guarda vínculos entre grupos macro familiares que, por sua vez, se identificam entre si e todos se identificam com uma área específica e não com "qualquer terra". Mesmo oferecendo terras em melhores condições ambientais a comunidade não aceita deixar a terra que consideram suas e onde enterraram seus antepassados. A experiência mostra que nenhuma proposta de permuta aos guarani do MS foi aceita. Essa característica da concepção guarani de pertencer a um lugar é ilustrada por relatório de funcionário do SPI no começo do século quando, referindo-se aos guarani em São Paulo, afirma que "forçá-los a voltar para o Bananal era impossível, por esta simples razão: **eles não pertenciam à população do lugar**" (Relatório da Inspeção Regional de São Paulo, 1926).

Assim, se dentro do tekoha verifica-se a distribuição das famílias extensas formadas por famílias nucleares, dentro do território o que se observa é a distribuição de vários tekoha conectados entre si por laços de parentesco pelo **tekoha guasu**, por exemplo, de Iguatemiagua (v. Croqui No.3 e Mapa No.2).

Território (**tekoha guasu**) e comunidade (**tekoha**) expressam sentimento de "posse" de áreas de terra. Associadas, tais noções, à de ñandeva (nós os Homens -- no sentido Guarani de homem) denotam o entendimento deste povo em relação à sua especificidade sub grupal dentro de um determinado espaço físico-geográfico. As noções de **tekoha**, para pensar comunidade, e de **tekoha guasu**, para pensar território, incluindo-se, nos dois casos, o aspecto ambiental (**ka'aguy**), são determinantes e devem ser considerados e refletidos se se pretende entender o significado de terra para estes Guarani.

A análise diacrônica sobre a história da cultura Guarani bem como avaliações de pesquisas realizadas na atualidade, demonstram que não há ruptura da unidade étnica como revela a análise da ocupação espacial e concepção de espaço dos guarani do passado e hoje. Há liames que podem ser estabelecidos entre descrições do passado e atuais em relação à organização do espaço guarani. As mudanças se sucedem nas diferentes situações que o contato impõe

mas giram em torno do referido teko/modo de ser Guarani, que sofre adequações frente às situações históricas (cf. Oliveira Fo., 1988) com as quais se defrontam. Não há que se trabalhar com a idéia de "efeitos desintegrativos" e sim transformações objetivas que mantêm uma estrutura de pensamento e de comportamento que se reflete na aspiração atual dos

guarani em obter terras e nelas se organizarem para ocupar o espaço disponível. Obter, assim, um espaço onde seja possível realizar o modelo **conhecido** de sociedade.

A comunidade do Potrero Guasu pertence a uma sociedade mais ampla, perfeitamente organizada e com características étnicas próprias. Terra é para perpetuar sua sociedade.

II.1.3. - Os muitos avarekohague (ex-comunidades guarani) do Iguatemygua

Uma conclusão importante extraída no trabalho de Identificação de Potrero Guasu foi ampliar a compreensão sobre a noção de território ou tekoha guasu dos ñandeva Iguatemygua (do Rio Iguatemi).

Potrero Guasu, agora identificado, e Pirajuy, conhecido já no início do século, fazem parte de um conjunto de comunidades (**tekoha**) ñandeva localizados entre o PI Pirajuy e a cabeceira do Rio Iguatemi (v. mapa No. 2), em região que bordejia a linha fronteira Brasil-Paraguai, seguindo a margem direita do Iguatemi até a altura da cidade de Capitán Bado (referência utilizada pelos índios). Aqui encontram-se **Pirajuy** (v. 'a' no Mapa No.2), e os **avarekohague** (**ava**: homem guarani; **[t]rekoha**, comunidade/aldeia; **gue**, sufixo de passado, ex- : **ex-comunidades guarani**) de **Potrero Guasu, Triunfo, Ypo'y, Pakuri, Arroyo Kora, Potrerito, Garcete Kue, Sombrerito, Sete Cerros** (ver. b, c, d, e ,f, g, h, i, j no Mapa No. 2). Podem existir outros que nos são desconhecidos. Apesar da localização pouco precisa dessas comunidades pertencentes ao **tekoha guasu do Iguatemygua**, o Mapa No. 2 dá idéia da distribuição ñandeva dentro de seu território. A norte e nordeste, nas bandas da margem esquerda do Rio Iguatemi, já são terras kaiowa. Os Iguatemygua estão assentados a norte/nordeste do território ñandeva (v. Croqui No.1 e Mapa No.1).

Aspecto chamativo que peculiariza este subgrupo guarani, é a distribuição das comunidades/tekoha **ao longo do Rio Iguatemi**, também observada no tekoha guasu de Jacutinga (hoje Ocoy e Tekoha Añetete) **ao longo do Rio Paraná** (PR), o que insinua concepção próprio de ocupação espacial ñandeva.

Todas as comunidades citadas sofreram processo de desapropriação

de suas terras, exceção feita a Pirajuy que, como visto, foi justamente reservada para assentamento dos índios "dispersos". Antigos **avarekoha** (comunidades guarani) tornaram-se fazendas para gado de corte. A maioria das famílias guarani que pertenciam a essas terras viram-se obrigadas a se assentarem em Postos Indígenas ou, precariamente, em fazendas da região ou, ainda, muitas mudaram-se para o Paraguai.

Esses desmembramentos físicos geográficos contudo não significa perda de vínculos com seus parentes ou com a terra. Visitam e são visitados com frequência mesmo que a terra tenha sido perdida. Com a recuperação das terras as famílias pertencentes ao lugar voltam para junto de seus parentes e a ocupam. Deve ser ressaltado, uma vez mais, que na situação histórica vivida hoje pelos guarani do Mato Grosso do Sul, há uma pertináz e firme disposição

em recuperar suas terras.

O tekoha guarani, como visto, é uma instituição divina oferecida pelo Deus-Criador com **exclusividade para determinados e limitados grupos macro familiares que formam o comunidade que nele reside, residiu ou a ele pertence**; a cada tekoha corresponderá orientação religiosa que condicionará a sua orientação política. O caso de Potrero Guasu é, neste sentido, exemplar; houve uma nítida inversão no "cristianismo" anteriormente preconizado que inibia a reivindicação de terras abandonadas, em momentos anteriores, em nome desse mesmo cristianismo.

O tekoha representa ao mesmo tempo o aspecto espacial e temporal da vida guarani. É no espaço físico do tekoha onde se manifestam as relações sociais da comunidade, é onde os parentes trocam visitas, reúnem-se, "fazem política", rezam, convivem. É nele onde se realiza uma rede de relações calibrada pelo parentesco que se reflete e se manifesta no constante e permanente entrecruzar de pessoas que cotidianamente percorrem os **tape po'i** (estreitos trilhos criados com o caminhar das pessoas - v. Croqui No.3) que recortam todo o tekoha em visitas sistemáticas a parentes. Espalhadas pela área do tekoha as **óy** ou **oga** guarani abrigam famílias nucleares (**ñemoña**) e, à primeira vista, sugerem uma apropriação aleatória do espaço.

A cada família extensa corresponderá um espaço determinado para usufruto das famílias nucleares que as compõem. Desse modo, é possível visualizar no Croquis No.6, que as regiões de Kapi'i, Kaxi Kue, Martines Kue, Volcán Kue, Mbyku Kue, Potrero Guasu, são áreas que correspondem a grupos macro familiares específicos dentro do tekoha de Potrero Guasu, que também dá nome às regiões ou "cantões" das famílias extensas. Mesma estrutura de ocupação espacial é notável em outros tekoha guarani **o que permite observar como procedem em suas habitações permanentes.**

Em guarani o termo utilizado para referir-se, no cotidiano, a este espaço do "cantão" é **tendape** ('lugar em'), precedido do nome do chefe do principal grupo macro familiar. Assim, por exemplo, o lugar, região ou "cantão" onde vivia Martinez (v. Croqui No. 1) ou Santiago Morales (v. Anexo No.7) se chamaria assim Martinez rendape ou Santiago rendape. Indica, desta forma, que naquele "cantão" vive gente de Martinez ou de Santiago. Indica a região ocupada pela família extensa destes senhores. A utilização do termo "cantão" pretende indicar uma unidade regional que identifica e qualifica prioritariamente o indivíduo quanto à sua origem, cultura, língua e dialeto locais. O conceito dá ao indivíduo e seu grupo uma referência que relativiza a noção de "pertencer a uma nação". O sentimento de pertencimento a um determinado grupo macro familiar (**ñemoñare**) não o torna menos guarani, mas focaliza e sintoniza com maior nitidez sua identidade (Thomaz de Almeida, 1991: 149).

III Parte.- Atividades Produtivas

A sociedade guarani é essencialmente agricultora, sendo, portanto, uma sociedade sedentária – e não "nômade" como muitos, calcados no senso comum, pensam. Praticam uma economia

de subsistência com normas de distribuição e redistribuição dos bens produzidos, onde as relações de produção são marcadamente relações sociais definidas por laços de parentesco. O mesmo sucede com atividades econômicas como caça, pesca e coleta ou mesmo na "changa" (trabalho para brancos fora do tekoha) há troca, distribuição e redistribuição (cf. Thomaz de Almeida, 1991) do que é produzido.

Apesar da importância da agricultura, suas atividades produtivas não se reduzem ao cultivo da terra. Todo o entorno de uma comunidade/tekoha guarani é determinante para sua vida econômica e, portanto, para sua sobrevivência física e cultural.

III.1.- Agricultura

A cada família corresponderá um espaço dentro do tekoha/comunidade para o roçado de milho, mandioca e, na atualidade, arroz e feijão. Hábeis conhecedores das diferentes variedades (todas com classificação em guarani) e qualidades de terra, escolhem as mais férteis para sua roça. Em geral distante da casa habitada pela família, ali trabalharão pai, mãe e filhos, numa área que raramente supera os 1/2 a 3 ha (v. Croqui No.3 e No.6). Dependendo da família contudo, seu chefe poderá contar também com o trabalho do marido de sua filha ou mesmo com um filho que tenha se casado, até o nascimento de descendentes. Outras plantas como batata doce, cará, abóbora, cana de açúcar, abacaxi, árvores frutíferas (banana, limão, laranja, amora,

manga, abacate, outras) são cultivadas no **oga jere** ou "ao redor da casa", onde também plantam espécies utilizadas imemorialmente como remédios (**pohã ñana**) em seu cotidiano (v. Croqui No.4).

Tradicionalmente os guarani utilizam sistema agrícola de rodízio e coivara para o plantio de suas roças. A técnica exige matas para serem derrubadas e, apesar da degradação ambiental de suas áreas, sempre que possível os guarani a praticam, como verificado em Guasuti em 1997. Neste sistema o uso médio da terra para cultivo do roçado oscila entre 3 e 5 anos. Findo este período a terra é deixada para descanso, outra área de mato é derrubada e será cultivada por mais 3/5 anos e assim sucessivamente. Ao cabo de alguns anos podem retornar ao primeiro desmatamento cuja área terá se regenerado. "Este sistema de cultivo rotativo admite a permanência de uma comunidade por várias gerações dentro de um perímetro relativamente reduzido. O tekoha kaiowa de Itapoty em Tujukue (Paraguai), por exemplo, permaneceu mais de 120 anos dentro de uma área de 300 ha. (cf. Grünberg, 1975:32).

O cultivo das roças, normalmente realizado pela família nuclear, pode realizar-se com o trabalho de vários homens. Em determinadas situações a liderança do grupo macro familiar pode convocar seus parentes e vizinhos para o plantio ou colheita de uma grande roça ou para outra atividade produtiva organizando seus parentes. É a prática tradicional do **puxirõ** (mutirão) onde, por um dia, há a convocação para o trabalho em troca de alimentação e "farra" com chicha (**kãguy**) oferecidos pelo promotor do evento. O cálculo econômico dos ñandeva, e no caso de Potrero Guasu e Pirajuy isso é flagrante, é fundamentado nas atividades agrícolas, variável que também define o calendário anual e atividades religiosas. Apesar dos esforços de

agentes, de governo ou de igrejas, ou regionais, de torná-los "produtores capitalistas", isto não foi alcançado.

III.2.- Caça, pesca, e coleta

O tekoha, como referido, deve possuir certos requisitos em recursos naturais para realização plena da vida econômica das famílias que ali vivem, permitindo sua reprodução dentro de **padrões conhecidos**. Uma área guarani, desta forma, deve conter matas, campos e água, que permitam a prática de caça de animais silvestres, da pesca e, afora a agricultura, que permitam a coleta de frutos e outros produtos.

Apesar das dificuldades encontradas com o desmatamento e descuido ambiental da região onde está o território guarani dentro do MS, sempre que as condições permitem vão à caça (tatu, veado, capivara, paca, porco do mato) e à pesca como fazem, por exemplo, em Jaguapire, Pirakua ou Guasuti, casos em que essas atividades

podem ter peso econômico importante. A proibição de fazendeiros para que não pesquem ou cacem em suas terras é um dos motivos de muita reclamação dos guarani.

Assim como a caça, as atividades de coleta dependem da existência de mato e campo. No mato colhem frutas para alimentação e matéria prima (madeira, cipó, folhagens, etc) para a construção de suas casas, para a fabricação de utensílios domésticos e para a produção de remédios (pohã ñana). No campo, buscam matéria prima para remédios e cobertura de casas. É também no campo que os guarani vão colher a guavira, uma frutinha com sabor e modo de comer semelhante à jabuticaba, que brota em pequeno arbusto entre novembro e fevereiro. Sempre que possível grupos de famílias guarani deixam suas casas e afazeres domésticos para irem ao campo colher guavira, o que constitui uma atividade econômica e lúdica, apreciada por adultos e crianças. Até poucos anos atrás era possível ver em toda a região, a partir de novembro quando a guavira começa a frutificar, famílias inteiras nessa atividade. Hoje, apesar de apreciada pelos guarani, tem arrefecido com a destruição dos campos naturais, o que é motivo de queixas dos índios.

Observando o Croqui No.6 (Comentado) da área de Potrero Guasu, constata-se que, pelas descrições dos ñandeva do lugar, sua ocupação era plena e atendia às necessidades de reprodução da vida econômica da comunidade. Até a colonização da região, apresentava todas as características de um **tekoha guarani**.

Há espaços específicos para o plantio de roçados (No.1 e 7), para a construção de casas (Nos. 02, 05, 06, 09, 15, 15a, 20, 21), para coleta de guavira o que indica a existência de campo natural (Nos. 18, 21), para pesca (02), áreas exclusiva de caça, onde não construíam suas habitações (Nos. 22, 04), áreas para armar **mondé** ou armadilhas para pequenos animais, (Nos. 23, 17), para coleta de matéria prima (No. 04), remédios (01) e espaços para seus cemitérios (Nos. 03, 12, 16, 15a, 19), fundamentais na definição do tekoha já que remete aos antepassados, seu formadores originais. Constata-se, portanto, a diversidade de atividades que um tekoha deve ter e demonstra que a função econômica não se restringe à

produção agrícola e utilização da terra, mas é bastante diversificada e plenamente ocupada para diferentes atividades.

III.3.- Problemas atuais e a necessidade de terra

Em áreas mais degradadas ou com maior densidade demográfica como no caso dos Postos Indígenas, as atividades produtivas estão condicionadas a estas variáveis que têm dificultado a realização do "modelo econômico guarani". Nestes casos a utilização de

agricultura mecanizada é relativamente difundida sem, contudo, apresentar bons resultados. A idéia de que haveria maior produção agrícola no mesmo espaço de terra disponível com a utilização de técnicas mais sofisticadas não se concretizou. O que se observa é que, na medida do possível, os guarani evitam tecnologia desconhecida. Muitos não sabem utilizar o trator ou mesmo não têm acesso a ele por condições políticas locais. Um número reduzido de famílias não só sabem utilizar o trator como o fazem em seu proveito e, não raro, em detrimento da maioria. Em lugares como Dourados ou Amambai a disputa por áreas agricultáveis é grande e de um modo geral os novos casais têm dificuldade para encontrar espaço para seu cultivo e, portanto, para sua reprodução em todos os sentidos.

Nestes casos, onde o número de habitantes reduz terras disponíveis ao plantio, os índios estão mais dependentes do trabalho em fazendas da região, alternativa que também vem diminuindo com a mecanização. Nos últimos anos as usinas de álcool existentes na região têm sido a alternativa econômica para uma boa porcentagem dos guarani do MS, onde permanecem por períodos de trinta, sessenta ou mais dias no trabalho de corte de cana-de-açúcar. Afora a baixa remuneração, a ausência por períodos tão longos de contingente masculino significativo dos tekoha, afeta as relações conjugais e a organização da comunidade já que não plantam suas roças.

Sob o aspecto econômico, a vida dos guarani do MS está consideravelmente prejudicada, seja pela predação ambiental com a eliminação das riquezas naturais, seja pela aglomeração populacional em diminutas áreas de terra, os Pls, como já tratado. Desta forma, também do ponto de vista econômico, ao analisarmos a organização das comunidades guarani no MS, o raciocínio é remetido para a constatação de que se faz necessária a abertura de outras ou mais áreas, atendendo as inúmeras reivindicações dos índios que permitirão um esvaziamento parcial dos tekoha/comunidades superpovoadas, melhorando sua qualidade de vida e facilitando sua reprodução física e cultural. As doze áreas guarani até aqui recuperadas revelado que isto efetivamente ocorre já que há maior equilíbrio entre áreas disponíveis e número de pessoas permitindo uma melhor utilização dos recursos disponíveis. As terras reconquistadas abrem espaços e permitem que famílias ocupantes das áreas superpovoadas se utilizem de outras terras e liberem espaços nos lugares densamente utilizados. É o que ocorrerá com Pirajuy e Potrero Guasu. De uma população aproximada de 1200 pessoas que vive no Pirajuy, perto de 620 (v. Anexo No.7) que **pertencem** ao Potrero Guasu, se transfiram para lá, desafogando Pirajuy, abrindo espaços para área de cultivo e áreas de regeneração da matas nativas, permitindo ou possibilitando melhores condições para a realização

de suas atividades produtivas e melhoria da qualidade de vida.

IV Parte

IV.1.- Caracterização Regional

Como dito o extremo sul do MS apresenta um quadro ambiental descaracterizado. A área de Potrero Guasu, antes recoberta de matas e campos naturais, não escapou à predação ambiental de toda a região. Com a abertura dos lotes da Gleba Paranhos pelo Incra e a formação de fazendas (v. I Parte), foi objeto de exploração da erva mate, madeira e, finalmente, pecuária de corte. As aproximadamente 3.950 ha. propostas para a terra indígena de Potrero Guasu, estão ocupadas por propriedades rurais de pequeno, médio e grande porte (v. Anexo No. 5), dedicadas a essa atividade. Assim, o eixo de qualquer avaliação ambiental da Terra Indígena passa, necessariamente, pela sua situação de área degradada.

Possui solos que variam em seu potencial de fertilidade, mas apresenta um posicionamento do relevo que, associado a propriedades físicas, favorecem o uso agrícola apesar da necessidade de eventuais correções das faltas nutricionais do solo. Para maiores detalhes sobre a região, é recomendável a leitura do "Relatório de Caracterização Ambiental da Terra Indígena Potrero Guasu (Anexo No.8).

IV.2.- Impactos Ambientais

A substituição de florestas e campos naturais pelo plantio de pasto (braquiária), afetou consideravelmente o habitat tradicional dos guarani, diminuindo a disponibilidade de matéria prima para a construção de casas, produção de utensílios domésticos, coleta de remédios e frutas comestíveis, além de diminuir drasticamente a caça e a pesca, atividades econômicas bastante apreciadas por estes índios. Com a derrubada das matas, suas atividades agrícolas tradicionais, eixo principal de sua organização econômica também sofreu, como vimos, alterações.

Antes vigorosas em toda parte, nem mesmo matas ciliares foram poupadas, acarretando processos de acentuada erosão com escorrimentos superficiais e concentração de águas, o que poderia ser atenuado com uma simples cobertura vegetal capaz de reduzir o impacto da velocidade da água. Este problema se amplia com o pisoteio do gado que obstrui a infiltração da água e contribui para o escorrimento superficial que se constitui em importante "agente causador de erosão hídrica e desregularização da vazão dos cursos d'água" (v. Anexo No. 8).

Esta acentuada degradação do solo e a perda de flora afeta a quantidade de água para a

vegetação e sua qualidade para o homem já que a utilização de herbicidas em doses exacerbadas compromete os mananciais de água potável. Os guarani, observadores argutos da natureza, informam que "antigamente" a vasão dos córregos era mais constante; atualmente o volume dos riachos é avolumado no verão e reduzido no inverno. Perto de 85% da área de Potrero Guasu está, hoje, ocupada por pastagens destinadas à engorda de gado de corte.

Os ñandeva demonstram francamente sua indignação frente à depredação de seu habitat e a perda dos recursos naturais anteriormente disponíveis. Exemplos de peroba-rosa, cedro, canafístula, ipê amarelo, ipê roxo, jequitibá, bálsamos guaritá, pau-marfim, copaiba, pau-d'alho, amendoim, canjerana, marinheiro, angico, angico-vermelho, tamboril, mulungu, leiteiro, tarumã, canela, araticum, guavira, pindó, macaúba e outras espécies foram encontrados durante o levantamento do GT.

O impacto causado com a destruição do mato para este povo vai, contudo, além dos aspectos econômicos. A floresta (ka'aguy) tem funções simbólicas, é **lugar de espíritos e almas** que vivem em suas profundezas, sendo portanto fundamental para a compreensão e sobrevivência do mundo sobrenatural, além de catalizar aspectos cosmológicos determinantes para a própria compreensão do "ser guarani".

IV.3.- Manejo de "recursos naturais"

O conceito de "manejo de recursos naturais" é possível de ser aplicado em áreas onde efetivamente há, **ainda**, recursos naturais. Não é o caso do Potrero Guasu, afirmação válida também para todo o extremo sul do MS, onde a temática ambiental deve ser tratada em termos de **recuperação** e não de **preservação** ou **conservação**. Pouco há para se preservar ou conservar.

Isto, contudo, não interfere, como visto, na decisão dos ñandeva de **aspirarem à recuperação daquela área específica**, o lugar de seu tekoha e onde sepultaram seus antepassados. O que sabem ser o **seu tekoha** é o que querem, apesar de não apresentar mesmas características do habitat tradicionalmente ocupado.

Desta forma, a área reivindicada em sua totalidade é imprescindível, porém, não à "preservação de recursos necessários ao bem estar do grupo indígena" como poderia ser pensado para área da Amazonia, mas a terra é imprescindível ao próprio grupo indígena, à sua sobrevivência mesmo na terra depauperada como está. É sobre ela que os índios deverão atuar, com o **conhecimento** que têm e torná-la útil à sua sobrevivência tanto física como

cultural.

A área aqui proposta deve ser integralmente contemplada na demarcação. Forma um conjunto onde já foram excluídas pelos índios partes importantes (v. Nos. 1, 2, 3, 5, 17, 18, 19, 20, 25, 34, 32, 28, 27, 19, 15, 27 e 29 no Croqui No.6) do tekoha/comunidade original dos anos

cinquenta e sessenta. Os índios consideraram, para realizar os cortes mencionados, que algumas famílias extensas que pertenciam a Potrero Guasu estão, hoje, instaladas em outros locais e não voltariam, em princípio, para ocupar as terras onde estavam anteriormente, todas indicadas pelos pontos citados no Croqui No.6. Os índios têm compreensão de que as dificuldades para tomar um lugar como o povoado de Takuapiry seriam muito grandes; mas consideram que a área reivindicada atende suas pretensões e estão, a exemplo de outras áreas recuperadas, equilibradas na proporção terra disponível e população ocupante.

Desconsiderada a totalidade desta proposta, corre-se o risco de comprometer a **recriação**, com o tempo, dos recursos naturais dos quais dependem os guarani.

IV.4.- Ocupação da área reconquistada

Em relação à ocupação das terras reconquistadas, pode-se deduzir que será reapropriada de forma similar à de outras situações guarani no MS (Cerrito, Sete Cerros, Jaguapire, Paraguasu, etc, etc.).

Os grupos macro familiares retornarão aos lugares originais nas áreas de Kapi'i, Potrero Guasu, Volcán Kue, Ñuai, Rancho Pindó, Kaxi Kue e Martines Kue de acordo com sua própria concepção e entendimento a respeito do espaço disponível no tekoha (v. Croqui No.3 e Anexo No.7). Construirão suas casas orientando-se pela distribuição dos parentes dentro do espaço disponível à família extensa, e em função da existência de recursos naturais como água potável (cabeceiras, fontes, minas e arroios - v. Croqui No.7), proximidade com pequenos focos de mato (No. 17, 22, 19, 14, 26). Como em outros casos, deverão recorrer ao pouco mato existente na área (v. Kaxi Kue no Croqui No. 3) para dele retirar remédios e matéria prima para casas e utensílios.

Como invariavelmente ocorre, deverão cultivar determinadas plantas ao redor de suas casas (**oga jere**) assim como, nas áreas de terras férteis, serão cultivados os roçados, mantendo a agricultura como eixo central da organização econômica e social guarani, mesmo porque esta é a atividade que demarca o calendário e o tempo, tendo função cosmológica. Caça e pesca, ao menos num primeiro momento, estarão reduzidas a atividades periféricas dada

a inexistência de águas piscosas e matas com animais silvestre disponíveis para caça. Como demonstra a experiência em inúmeros casos, são bastante reduzidas as possibilidades de atividades de pecuária apesar da disponibilidade de pasto. Estes, também como verificado em outros lugares, deverão ser "abandonados", dando lugar ao **ñemboka'aguyjevy**, ou seja, à regeneração natural das plantas que deverá acarretar no nascimento das plantas existentes no lugar. Trata-se, a rigor, de uma forma de reflorestamento, observada em diferentes áreas guarani atuais.

Com efeito, em discussões mantidas com os de Potrero Guasu e outras lugares, os guarani têm ponderado sobre a possibilidade de um reflorestamento (**ñemboka'aguyjevy**) da área, seja sob orientação de técnicas conhecidas do **karai** (branco), seja permitindo que haja uma

regeneração natural como referido. Subjacente a esta idéia está também a perspectiva de recriar animais silvestres como verificado em experiências no Paraná. A recuperação de matas nativas, conforme discutido com os índios, pretende também a recuperação de matérias primas necessárias à prática de cura assim como para utensílios e construção de casas.

IV.5.- Intervenções de apoio

Com a demarcação de Potrero Guasu como esperado pelos índios, faz-se necessário um assentamento apropriado da comunidade, que tenha como perspectiva uma **intervenção planejada**, centralizada no apoio à **produção de alimentos** e no incentivo à **recuperação ambiental**, variáveis que podem ser, aqui sim, imprescindíveis ao bem estar econômico e cultural do grupo.

A braquiária, seu controle e eliminação, deverá ocupar lugar de destaque nos cuidados iniciais de qualquer atividade planejada. Trata-se contudo de terras bastante propícias à recuperação das matas, tema, **ñañemboka'aguyjevy** ou reflorestamento, que os índios vêm discutindo há um bom tempo, revigorado com a perspectiva de poder retomada de Potrero Guasu.

Qualquer iniciativa que tenha por objetivo um reflorestamento não deve deixar de priorizar o replantio de vegetação que possa reproduzir o melhor possível situações nativas. Também dentro da temática reflorestamento deve-se observar cuidado especial com a erva-mate, um produto útil na recuperação da vegetação nativa, economicamente rentável e tradicionalmente muito apreciado pelos guarani para o **ka'ay** (chimarrão) e o **terere** (tomado com água fria). Por seu apreço a esta planta os ñandeva terão grande interesse em cuidá-la, o que é um fator determinante para resultados positivos em trabalhos com este grupo.

Terão ou apresentarão melhores resultados se aplicarem tecnologia apropriada, isto é, aquela que os ñandeva tenham conhecimento, habilidade em lidar e interesse, de sorte a que sua **autonomia na condução do processo** esteja garantida, que é o que possibilitará resultados favoráveis. A tecnologia apresentada não deve criar dependências. Quanto aos trabalhos agrícolas, será útil um acompanhamento planejado e referido a pautas que reforcem as iniciativas das comunidades e siga suas orientações sem a imposição de modelos desconhecidos dos índios e que criam dependência. Antes de tudo, qualquer programa ou intervenção deve ser ampla e detalhadamente discutidos com os principais interessados.

V PARTE

V.1.- Crescimento populacional

Nas últimas duas décadas os guarani do Mato Grosso do Sul apresentaram um alto índice de aumento populacional. Os dados para esta afirmação veem principalmente das áreas sob controle da Funai (v. Anexo No.6), isto é, os Postos Indígenas, onde há um **relativo**

acompanhamento das variações populacionais. Foram computados também, para efeitos de comparação com a atualidade, dados oficiais mais antigos (v. Tabela No.1).

V.2.- Desapropriações de terra e aumento populacional

A "política de aldeamento", discutida na I Parte deste relatório, tem auxiliado consideravelmente o aumento populacional das áreas guarani nos últimos vinte anos. Recolhida aos Postos Indígenas sem critérios e com o intuito de "aldear" para "integrar" e liberar terras para fazendas, esta política oficial tem provocado, ao lado da diminuição da mortalidade infantil (v. abaixo) a alta densidade demográfica verificada atualmente nas áreas indígenas oficiais, comprometendo relações sociais entre grupos macro familiares com o que se observou a ampliação de conflitos e, talvez, tenha contribuído também para altas taxas de suicídios nas unidades administrativas da Funai.

As desapropriações compulsórias de terras tradicionalmente ocupadas pelos grupos macro familiares para instalação de fazendas – ou loteamento, como no caso de Potrero Guasu e Panambi – têm, assim grande peso no aumento populacional das áreas.

Tomando uma vez mais o exemplo de Potrero Guasu e Piraju'y e à luz do Gráfico No.1 e Tabelas No.1 e No. 2, nota-se que o crescimento populacional no Posto Indígena Piraju'y sofreu uma elevação visível entre 1971 e 1973. Cruzando os dados e

depoimentos sobre Potrero Guasu, constata-se que este aumento é decorrência do fluxo de famílias do Potrero Guasu para Piraju'y. Uma outra leva de famílias guarani para Piraju'y deu-se entre 1979 e 1983, depois de alguns anos de crescimento populacional estacionário. Este repentino crescimento deve-se ao traslado dos kaiowa da Paraguasu que, da mesma forma como Potrero Guasu e outros, foram impingidos por fazendeiros a abandonar suas terras tradicionais e, com isto, se viram obrigados a ir para Piraju'y. Nesta elevação populacional de 1979/83, deve-se levar em conta também a inclusão de famílias que vieram de Sombreiro, Garcete Kue, Ypo'y e outros tekoha ñandeva da região (v. II.1.3.).

Não se trata, portanto, de um crescimento populacional causado pela taxa de fertilidade da família guarani, isto é, o número médio de filhos por mulher. Cabe indicar, por outro lado, que, segundo conversas pessoais com a doutoranda em demografia Marta Axevedo, a taxa de fertilidade dos guarani pode ser considerada uma das mais altas do mundo. Assim, o aumento, e não crescimento, populacional é observado em todas as áreas guarani de Postos Indígenas do MS nos anos 1970 (v. Gráfico No. 2 e Tabelas No.1 e No.2), exceção a Panambi que manteve crescimento com taxas suaves de elevação constituindo-se, a rigor, na única situação que não sofreu interferências de outras variáveis externas. Nas outras áreas onde há dados, a década de setenta foi marcada por um intenso aumento populacional coincidindo com o espocar de expulsões de famílias indígenas das "fazendas" de forma mais intensa que em momentos anteriores, e com o início da reação guarani, que se manifestou buscando insistentemente seus direitos junto à Funai para obstruir o processo de desapropriação de suas terras.

Dados populacionais, desta forma, corroboram com informações e a história contada pelos guarani sobre seus translados e expulsões de terras tradicionalmente ocupadas.

Desta forma, o que se pode dizer é que é flagrante o crescimento populacional entre os guarani no Mato Grosso do Sul, onde estão incluídos os kaiowa e os ñandeva. A realização de estudos mais acurados sobre as variações populacionais guarani, o crescimento vegetativo e o aumento populacional, certamente se chegaria a projeções que, superam o âmbito deste relatório, que indicariam projeções altas para o futuro próximo, o que corroboraria com a necessidade de ampliar as terras a serem utilizadas por este povo.

Se, de um lado, a terra é determinante para a reprodução física e também cultural dos Guarani, o conjunto de comunidades que formam o território dos Iguatemiygua permite justamente a manutenção ou a sobrevivência desse subconjunto dos guarani-ñandeva.

V.3.- Diminuição da taxa de mortalidade

Um outro aspecto que deve ser levado em conta na análise do crescimento populacional guarani no MS é a flagrante diminuição na taxa de mortalidade, principalmente infantil.

Nos últimos anos o acesso a postos de saúde das redes municipais tem contribuindo sobremaneira na ampliação da população diminuição da mortalidade principalmente infantil. O caso de Potrero Guasu, sob esse aspecto, é exemplo interessante, bastando uma análise do diagrama de parentesco apresentado no Anexo No.7. Constata-se ali um número majoritário de pessoas guarani com idade inferior a 15/17 anos, isto é, os **mitã'i** (meninos e meninas) e os **mitã rusu** (rapazes) ou **kuña tai** (senhoritas), contatação que pode ser feita em qualquer grupo macro familiar guarani do MS. Uma projeção, ainda que superficial, do número de crianças nas comunidades guarani remete o raciocínio à necessidade premente de áreas disponíveis para dar lugar à proliferação futura dessa população indígena, o que será determinante para sua sobrevivência não só física como também cultural.

VI Parte

Como referido no Anexo No.2 o trabalho do Grupo Técnico para identificar e delimitar a Terra Indígena Potrero Guasu transcorreu sem percalços, excetuando a tensão inicial provocada pela recepção veemente dos ñandeva.

VI.1.- Situação regional

Como relatado no Anexo No.2, o trabalho do GT transcorreu sem percalços, exceção feita à recepção veemente dos índios, em alguma medida irados com a demora em sair o trabalho.

Se, de um lado, constatou-se uma inversão na atitude dos índios "missionarizados" (v. item I.4.3.) em decorrência do movimento de recuperação de Potrero Guasu, de outro foi surpreendente, para os componentes do GT, a reação dos regionais frente ao mesmo problema: não houve nenhum comentário, depoimento ou testemunho que contrariasse o fato da presença dos índios naquelas terras.

Sitiantes, comerciantes, regionais e missionários, em depoimentos voluntários ou em respostas a perguntas objetivas a respeito da presença de índios na área com a chegada de colonos, houve unanimidade positiva. Não houve qualquer atitude beligerante diante da possibilidade de devolução daquelas terras aos guarani-ñandeva.

Este reconhecimento explícito e voluntário veio acompanhado de uma espécie de "renúncia espontânea", quase uma resignação frente ao fato, que era do conhecimento de todos.

Os regionais esperavam a visita do GT pois há meses corria a notícia que haveria a identificação. O grande receio apontado pelos regionais era de que os índios, como corria o boato, pudessem invadir aquelas terras. Isto foi desfeito com a presença e as explicações dadas pelos membros do Grupo aos regionais visitados ou que solicitavam esclarecimentos. Isto tranquilizou a todos, contribuindo para clima não belicoso na região. Ao menos por enquanto. Contribuiu para tanto a decisão dos índios, veiculada regionalmente pelo GT, de que não invadiriam a área e que aguardariam o término do período do contraditório para, então, decidir o que fazer. Efetivamente os ñandeva de Potrero Guasu apoiaram o trabalho do GT e estiveram acompanhando o Grupo em todas as fases do trabalho (v. Anexo No.2).

Assim, se de um lado os colonos aceitam a restituição das terras aos índios, de outro exigem indenização. Neste sentido, durante a permanência do GT na região, ocupantes de lotes da **Gleba Paranhos** que deverão ser atingidos pela demarcação da Terra Indígena, reuniram-se com advogado da prefeitura de Paranhos para saber como proceder diante do problema, dando mostras de que poderão reagir.

O argumento principal em relação à indenização é que o loteamento, uma vez que foi realizado por uma instituição de governo (Incra), garante a eles essa reivindicação. Alguns, mesmo confirmando seu reconhecimento como terra indígena, demonstraram certa indignação diante do fato do INCRA haver loteado a área apesar de todos saberem nos anos sessenta, que ali viviam os guarani-ñandeva.

Essa atitude de relativa resignação frente ao fato de estarem obrigados a restituir as terras aos índios, pode ser uma reação de primeiro momento. Desta forma, nada garante que o clima de tranquilidade se manterá, razão pela qual a Funai deve acompanhar de perto o desenvolvimento das relações entre índios e regionais, procurando por soluções equitativas a todos os problemas preservando prioritariamente o direito dos índios.

VI.2.- Compromisso com os índios

Frente ao ocorrido com a chegada do GT, ocasião em que os índios manifestaram-se beligerantes dada a demora em sair o GT de Identificação, o Grupo realizou reunião de fechamento dos trabalhos junto com a comunidade para definir próximos passos. Ficou acertado o compromisso de que os de POtrero Guasu esperarão

o encaminhamento do processo de demarcação do Potrero Guasu na Funai, principalmente o período do "contraditório" para, a partir de então, reconversar para refletir estratégias.

Os índios estão conscientes de que suas iniciativas devem ser calibradas de forma a que não venham prejudicá-los e deles retirar o direito legítimo à terra. Neste sentido, ficou definido **junho de 1998** como prazo para um novo encontro.

VI.3.- Reunião com Funai de Amambai

Houve ainda uma última reunião realizada na Administração Regional da Funai em Amambai, da qual participaram Otávio Pires (líder dos grupos familiares que vão para Potrero Guasu), Lúcio Vera ("capitão" do Piraju'y), José Nilton Braga (administrador da ADR Amambai), o Sr. Celso Aoki (consultor da ADR) e o Coordenador do Grupo Técnico.

Neste encontro o coordenador do GT fez explanação a respeito do andamento dos trabalhos de Identificação. Ao mesmo tempo, aproveitando a presença dos guarani, reiterou ao administrador a necessidade de um acompanhamento sistemático e acurado da situação em Piraju'y/Potrero Guasu, com o intuito de obstruir, com anterioridade, qualquer ação que possa desenvolver-se em problemas que dificultem o objetivo de demarcar aquelas terras, acompanhando a situação local e as relações entre os guarani e regionais.

Na oportunidade foi apresentada ao Administrador Regional a situação das famílias de Potrero Guasu em Pirajuy (v. item I.4.3.) e a necessidade do acompanhamento também no nível interno no PI, orientando-se pela decisão fechada entre os índios e o Grupo Técnico de que esperarão até junho de 1998 para qualquer iniciativa. Os de Potrero Guasu necessitarão plantar e de apoio em cestas básicas para continuar naquele lugar até que se defina a questão da terra.

VI.4.- O Levantamento Fundiário

O GT realizou vistoria e análise de benfeitorias em 56 lotes pertencentes a 29 proprietários de lotes da Gleba Paranhos, num total de 989,63 ha. que deverão ser incorporados à Terra Indígena.

Outras três propriedades, fora da Gleba Paranhos, pertencem às empresas Jatobá Agricultura Pecuária e Indústria S.A., da qual Potrero Guasu incorporaria 471,12 ha.; Muralha Planejamento e Projetos de Engenharia Ltda., com 842,03 ha.; uma terceira propriedade, sobre a qual incidem 1.540,52 ha., pertence a Edmundo

A identificação de Potrero Guasu, desta forma, engloba 989,63 ha. compostos por lotes da Gleba Paranhos, e 2.853,67 ha. formado por partes de três grandes propriedades, num total de aproximadamente 3.843 (três mil, oitocentos e quarenta e três hectares) ou, segundo cálculos mais fidedignos da engenheira agrimensora do GT (v. Anexo No. 9), aproximadamente 3.950 (três mil noventa e cinco hectares).

A área está localizada no **Município de Paranhos**, no estado do **Mato Grosso do Sul**, circunscrita à **Administração Regional da Funai em Amambai** e situa-se nas seguintes coordenadas de extremos (v. Mapa No.):

	LATITUDE	LONGITUDE
NORTE	23 55'08,4" S e	55 21'56,8" Wgr
LESTE	23 56'20,6" S e	55 19'15,5" Wgr
SUL	23 58'29,1" S e	55 22'37,1" Wgr
OESTE	23 57'11,9" S e	55 25'00,9" Wgr

O perímetro da área é de 27.500 m. e pode ser descrito como se segue:

NORTE.- Partindo do ponto **B** ($\pm 23\ 55'31,4''S$ e $55\ 24'42,9''$ Wgr.), situado no entroncamento da estrada do Kapi'i com a estrada que liga Paranhos a Takuapiry, segue, no sentido Takuapiry, até o ponto **D** ($\pm 23\ 56'20,6''S$ e $55\ 19'15,5''$).

LESTE.- Do ponto **D** descrito, segue uma linha reta até atingir o ponto **E** ($\pm 23\ 58'290,1''$ S e $55\ 22'37,1''$ Wgr).

SUL.- Do ponto **E** descrito, segue pela estrada Internacional que segue a fronteira Brasil-Paraguai até o ponto **A** ($\pm 23\ 57'11,9''$ e $55\ 25'00,9''$ Wgr.) localizado no entroncamento da estrada internacional com a estrada do Kapi'i.

OESTE.- Deste ponto **A**, descendo pela estrada do Kapi'i até o entroncamento no ponto **B** já citado.

VII PARTE

Considerações:

Este laudo pretendeu demonstrar com dados e informações da arqueologia, da etnohistória, da antropologia e da etnologia, que a Terra Indígena de Potrero Guasu, situada no Município de Paranhos, é um **tekoha/comunidade** dos guarani-ñandeva. Testemunhos de índios, depoimentos de regionais e documentação do SPI e Funai corroboram com essa afirmação como ficou demonstrado na **I PARTE** deste relatório.

O trabalho de Identificação realizado pelo Grupo Técnico foi acompanhado integralmente pelos ñandeva de Potrero Guasu que vivem hoje em dia em Pirajuy. A definição dos limites da área foi concluída e chegou aos aproximadamente 3.950 ha. por orientação dos líderes de Potrero Guasu, que estão conscientes de que esta dimensão não atende à totalidade do que anteriormente (até os anos sessenta) constituía a sua comunidade/tekoha. A área aqui proposta seguiu estritamente as orientações da comunidade de Potrero Guasu, referidas a discussões com líderes políticos, conversas com vários "rezadores, entrevistas e diálogos com representantes idosos da comunidade, reuniões ampliadas com a participação da maioria dos que pretendem ir para Potrero Guasu. O trabalho do GT (Anexo No.2) foi acompanhado integralmente pelos ñandeva de Potrero Guasu que orientou seu trabalho contribuindo para sua conclusão. Critérios para concluir foram pautados pelos conceitos espaciais guarani de comunidade/tekoha e território/tekoha guasu, bem como seus hábitos e costumes, sagrados e profanos, para a apropriação efetiva das terras disponíveis pelas famílias que pertencem as terras em questão. (II Parte).

Conceitos guarani de "comunidade/aldeia", "território", "terra", "mato" e outros apresentados na **II PARTE**, iluminam a argumentação que justifica a delimitação da área a que se chegou junto com os guarani. Corroboram com isto o fato de que ñandeva (e os kaiowa), como ficou demonstrado, têm noção precisa das dimensões e dos marcos naturais que delimitam a terra a que pertencem. A área proposta, desta forma, atende padrões de assentamento específicos e tradicionais dos guarani e os critérios para concluir por ela foram pautados por conceitos espaciais guarani, bem como seus hábitos e costumes, sagrados e profanos, na apropriação (v. **IV PARTE**) do **tekoha**, ou as terras de Potrero Guasu onde a comunidade poderá apropriar-se, segundo sua própria compreensão de mundo, para realização de seu modo de ser (teko) (v. **II Parte**).

Tendo em vista que a metodologia de trabalho procurou ater-se aos critérios, conceitos e entendimentos dos ñandeva de Potrero Guasu a respeito de seu próprio **tekoha/comunidade**, pode-se afirmar que a área atende às necessidades imediatas da comunidade para sua continuidade como guarani, física e cultura.

O levantamento populacional de Potrero Guasu revelou uma comunidade com aproximadamente 620 indivíduos que vem apresentando taxas altas de crescimento e fecundidade (v. Anexo No.7 e **V PARTE**). O crescimento populacional de Potrero Guasu (verificado também em Pirajuy) é fator determinante na argumentação a propósito da sua demarcação

Estão divididas em seis grandes grupos familiares (Durán, Vera, Medina, Pires, Morales, Benites) que são originários do lugar; outras famílias menores (Villalba, Santos, Ferreira, Cáceres, Ledesma, Gomes), mesmo não sendo de Potrero Guasu, pretendem viver ali até

verem recuperadas suas próprias terras, pois há, na micro região ou no **tekoha guasu Iguatemiygua** (v. II.1.2.), pelo menos mais oito áreas que devem ser identificadas e retornadas às comunidades guarani as quais pertencem. Isto reforça a convicção a respeito da necessidade de se demarcar terras de Potrero Guasu.

Área proposta atinge perto de 3.950 ha., com um perímetro de 27.500 ms., conforme Memorial Descritivo de Delimitação da Terra Indígena Potrero Guasu (Anexo No. 9) apresentado no Levantamento Fundiário (v. VI.4). Dos 27.500 m. do perímetro da área, 21.500 m. são constituídos de estradas e apenas 6.000 m. é linha seca que exigirá a construção de cerca.

Chegou-se a esta dimensão, como referido, em função das indicações dos guarani-ñandeva que ocupavam a área antes do traslado em 1970/73. Como referido no corpo do relatório, estas dimensões estão reduzidas e não correspondem exatamente às dimensões dos anos sessenta e setenta. Isto porque, com a mudança de Potrero Guasu, muitas famílias foram para outras localidades e não reivindicam, hoje, os lugares que anteriormente ocupavam.

Os índios estão cientes de que não há mato em suas terras. Mesmo assim não se importam e querem ir para lá. Área inferior a esta certamente tenderá a acarretar maiores problemas no futuro com o crescimento populacional dos guarani, povo que apresenta uma taxa de fecundidade equiparada às mais elevadas do mundo.

A área não deve sofrer qualquer tipo de redução. A rigor já sofreu redução (v. IV PARTE) se considerada a forma original do tekoha de Potrero Guasu antes da chegada do branco (Croqui No.6). A ausência das famílias que então viviam nos lugares e as dificuldades impostas pela presença maciça de colonos não indígenas, no povoado de Takuapiry, por exemplo, levaram os guarani-ñandeva do Potrero Guasu definirem-se pela área aqui apresentada.

- Necessidade de urgência dada a situação que os de Potrero Guasu estão vivendo no Pirajuy (I.4.3)

- Todos os argumentos levam à necessidade de que sejam demarcadas mais terras guarani no MS. Há provas cabais de que se trata de uma região efetivamente ocupada por índios guarani com datação anterior à chegada do homem branco ali.

- No caso específico de Potrero Guasu, como indicado (VI.1.) foi uma surpresa com a qual deparou-se o GT, de encontrar opinião unânime de que as terras aqui em pauta eram ocupadas por índios antes ou quando da chegada do colono não indígena ali.

- O argumento ou os dados populacionais apresentados no V PARTE CORROBORAM com os outros argumentos a respeito da necessidade de terras.

Rio de Janeiro, 13 de Abril de 1998

Rubem F. Thomaz de Almeida

Coordenador do GT
Portaria/1.260/FUNAI/PRES/25.11.1997

BIBLIOGRAFIA

Azara, F.- Viajes por la America Meridional, Colección Austral, Madrid, 1969

Barboza, G. Pimentel.- Relatório do Inspetor do SPI, Documentação Museu do Índios, Rio de Janeiro, 1927

Bartolomé, Miguel A.- Chamanismo y Religión entre los Ava-Katu-ete, Biblioteca Paraguaya de Antropología, Vol. 11, CEA, Univesidad Católica, 176pp, Asunción, 1991

Belmonte.- No tempo das bandeiras, Ed. Melhoramentos, Estante Histórica, 4a. ed., São Paulo, 1948

Blasi, Oldemar.- "As ruínas de Vila Rica do Espírito Santo na antiga Província do Guairá", in Anais do II Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Sta. Rosa, 1977.

Cabeza de Vaca, Alvar N.- Naufragios y Comentarios, Espasa-Calpe, Colección Austral No. 304, 5a. Edición, Madrid, 1971.

Cardoso Jr., F. J.- Relatório À Assembléa Legislativa da Província do Mato Grosso, Presidencia da Província, Rio de Janeiro, 1873.

Cardoso, Ramón I.- La Antigua Provincia de Guairá y la Villa Rica del Espíritu Santo, Centro Guaireño de Asunción, 123 pp., Aunción, 1969.

Cassiano, Ricardo.- Marcha para Oeste, Vol. I, EDUSP, Liv. J. Olympio Ed., Rio, 1970

Chirif, A.; Garcia, Pedro; Chase Smith, Richard.- El Indígena y su Territorio, COICA/Oxfam América, 213 pp., Lima (Perú), 1991.

Correia Filho, V.- "O bandeirismo na formação das cidades" in Curso de Bandeirologia, Depto. Estadual de Informações, pp. 31-51, São Paulo, 1946.

_____.- História de Mato Grosso, INL/MEC, 741pp., Rio de Janeiro, 1969

Documentos sobre o bandeirantismo do Achivo general de Indias in Sevilha, Separata, Volume II, Annaes do Museu Paulista, São Paulo, 1925

Estigarribia, Antonio M. V.- "Indicações sobre terras necessárias aos índios dessa Inspeção", Cuiabá, 3 pp., 31.12.1923, in Filme 379, Fotogramas 1.494 a 1496.

_____.- Relatório da Inspeção do Estado do Matto Grosso, SPI, 1927

Estigarribia, Antônio M. V.- Relatório da Inspeção do Estado do Matto Grosso, SPI, 1928

Fonseca Jr., Leopoldo Nery.- Fronteiras do Setor Sul, Diários de Expedição Demarcatória em Cumprimento ao Tratado de 1750, Typografia do Jornal do Commercio, Rodrigues e C., anexo ao 1o. Vol., 374 pp., Rio de Janeiro, 1937.

Grünberg, G.- "Dos modelos de economia rural en el Paraguay: paĩ-tavyterá e koygua", in

UCA, Estudios Paraguayos, vol. III, No. 1, pp. 31-39, Asunción, 1975

Grünberg, F.; Grünberg, G.; Meliá, B.- Los Pai-Tavyterá, Etnografía del Paraguay Contemporáneo, CEAUC, Asunción, 1976.

Guzman, R. D. de.- Anales del descubrimiento, población y conquista del Rio de la Plata, Ediciones Comuneros, 305p., Asunción, 1980

Jardim, R.J.G.- Creação da Diretoria dos Índios in Revista I.H.G.B., No. 9, pp. 548-554, Rio de Janeiro, 1847.

Magalhães, Couto.- O Selvagemk, Livraria Magalhães Ed., SP/RJ, 1913.

Manuscrito da Coleção De Angelis (MCA).- Introdução, Jaime Cortesão, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, Vol. I a VII, Rio de Janeiro, 1951

_____.- Jesuítas e Bandeirantes no Guairá, Vol. I, Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, Rio de Janeiro, 1951

Meliá, B.- El guarani conquistado y reduzido -- ensayos de etnohistoria, Bib. Paraguaya de Antropologia, Vol. 5, UCNSA, Asunción, 1986

Meliá, B; Saul, M.; Muraro, V.- O Guarani: uma bibliografia etnológica, Fundames, Santo Angelo, 1987.

Monteiro, M. Elizabeth Brêa.- Levantamento Histórico sobre os índios Kaiowa do Mato Grosso do Sul, Documentação do Museu do Índio, xerox, 199 pp. Rio de Janeiro, 1981

Montoya, A.R.- Gramática y Dicionário de la Lengua Tupi o Guarani, Viena/Paris, 1876.

_____.- Conquistas Espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Martins Livreiro Ed., p264, Porto Alegre, 1985

Nimuendaju, Curt.- Leyenda de la Creación y Juicio Final del Mundo como Fundamento de la Regligión de los Apapokuva-Guarani, São Paulo, Recalde, 1944

Oliveira, Fo., João P.- "O Nosso Governo", os Ticuna e o Regime Tutelar, Marco Zero, MCT-CNPq, 315pp., São Paulo, 1988

Perasso, José A.; Vera, Jorge.- La Cultura Guarani en el Paraguay Contemporaneo, RP Ediciones, 270 pp., Asunción, 1987

Rosaldo, R.- Ilongot Headhunting: 1883-1974, Stanford. Stanford University Press, 1980

Saint-Hilaire, A.- Viagem ao Rio Grande do Sul, EDUSP, São Paulo, 1974

Schmitz, Ignácio .- "Os primitivos habitantes do Rio Grande do Sul", in Anais do II

Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Porto Alegre, 1978.

_____. "O guarani do Rio Grande do Sul: a colonização do mato e as frentes de expansão", in Anais do III Simpósio Nacional de Estudos Missionários, Sta. Rosa, p. 55/73, 1979.

Schaden, Egon.- Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani, Edusp, 3a. ed., 190 pp., São Paulo, 1974

Susnik, B.- Los aborígenes del Paraguay, II, Museu Etnográfico Andrés Barbero, Asunción, 1979/1980.

Taunay, Afonso de.- História das bandeiras paulistas, Ed. Melhoramentos, Tomo I e II, São Paulo, 1951

Thomaz de Almeida, R.- O Projeto Kaiowa-Ñandeva: uma experiência de etnodesenvolvimento junto aos Guarani-Kaiowa e Guarani-Ñandeva contemporâneos do Mato Grosso do Sul, tese de Mestrado, UFRJ, PPGAS Museu Nacional, 2 vol., 407 pp., 1991.

_____.- "Relatório Paraguasu", Documentação Funai, 60pp., mimeo, Brasília, 1984

_____.- Relatório da Área Indígena Pirakua, MS, 79pp., mimeo, Fundação Nacional do Índio, Brasília, 1985

_____.- Relatório: Área Indígena Jaguapire Guarani-Kaiowa, Município de Tacuru, Mato Grosso do Sul, Documentação Funai, 62 pp, mimeo, Brasília, 1985a

_____.- "Migraciones y Desplazamientos de los Guarani Mbya en el Paraguay Contemporáneo: un ensayo", in Grünberg, Georg (coordinador), Articulación de la Diversidad, Tercera Reunión de Barbados, Biblioteca Abya-yala, pp. 373-390, 1995.

_____.- Arquitetura, Urbanização e ocupação espacial entre os Guarani e Terena de Arariba - São Paulo, Companhia de Desenvolvimento e Habitação, Governo do Estado de São Paulo, 29 pp., 1986.

_____.- "Aquisição de terras para a comunidade guarani-chiripa do Ocoy, Paraná, pela Itaipu Binacional: relatório final", 6 pp., Itaipu Binacional, Foz do Iguaçu, 30.04.1997a

MICROFILMES CONSULTADOS NO ACERVO MUSEU DO ÍNDIO (RJ)

- Estigarribia, Antonio M. V.- "Indicações sobre terras necessárias aos índios dessa Inspeção", Cuiabá, 3 pp., 31.12.1923, in Filme 379, Fotogramas 1.494 a 1496.

- Relatório da Inspeção do Mato Grosso, SPI, 1923. Filme 379, Fotogramas 1472 a 1476.

- Decretos do 1o. Vice Presidente de Mato Grosso, Sr. Virgílio Correia Filho, datados de 24.11.1924, reservando 3.600 ha para duas áreas guarani. Filme 379, Fotograma 1520 a 1521.

- Relatório da Inspetoria do Mato Grosso, SPI, 1924. Filme 379, Fotogramas 1539, 1560.

- Relatório da Inspetoria Regional de São Paulo, SPI, 1926, Filme 341, Fotogramas 948 a 978.

ANEXOS

Anexo No. 1.- Cópia da Portaria No. 1260/PRES

Anexo No. 2.- Sobre o trabalho do GT

Anexo No. 3.- Testemunhos de indígenas e regionais

Anexo No. 4.- Cópias de cinco documentos produzidos pelos ñandeva de Potrero Guasu reivindicando a terra.

Anexo No. 5.- Relação dos ocupantes não índios incidentes na Terra Indígena de Potrero Guasu

Anexo No. 6.- Quadro Resumo das áreas Indígenas Jurisdicionadas à ADR/AMB/MS.

Anexo No. 7.- Diagrama de parentesco dos grupos macro familiares de Potrero Guasu.

Anexo No. 8.- Terra Indígena Potrero Guasu - Relatório de Caracterização Ambiental

Anexo No. 9.- Memorial Descritivo de Delimitação, Terra Indígena Potrero Guasu

TABELAS

Tabela No. 1 : Dados Populacionais dos Guarani do MS: 1928 a 1984 (Thomaz de Almeida, 1991: 47c)

CROQUI

Croqui No. 1.- Áreas ou território onde são encontrados os guarani atuais.

Croqui No. 2.- Os subconjuntos guarani-ñandeva

Croqui No. 3.- Mapeamento etnográfico da área de Potrero Guasu com indicação de sepulturas, habitações, roçados, etc.

Croqui No. 4.- Simulação de ocupação espacial, dentro do tekoha (comunidade) de uma família extensa guarani.

Croqui No. 5.- Casa de uma família nuclear guarani.

Croqui No. 6.- Distribuição das águas no Potrero Guasu, desenho feito por Timóteo Pires junto com Genaro Benites, Narciso Pires, Otávio Pires, Diversindo Durán, Francisco Durán, Amalio

Gonsales e Damiano Benites, 1997)

MAPAS

Mapa No. 1.- Mapa da Terra Indígena Potrero Guasu e do Posto Indígena Pirajuy (base cartográfica: DSG-1972, 1:1.000.000).

Mapa No. 2.- Mapa com indicação do tekoha guasu dos guarani-ñandeva Iguatemygua ou "os que são do ou pretendem ao rio Iguatemi" (Mapa Informativo do MS, Editur, 1:1.000.000, 1993).

Mapa No.3.- Mapa do MS com indicações de acesso à área de Potrero Guasu (Mapa Informativo do MS, Editur, 1:1.000.000, 1993).

Mapa No. 4.- Mapa da Terra Indígena Potrero Guasu. (base cartográfica: DSG-1972, 1:1.000.000)

GRÁFICOS

Gráfico No. 1.- Crescimento populacional dos guarani (1947 a 1983) das áreas de Postos Indígenas da Funai no Mato Grosso do Sul (Thomaz de Almeida, 47a)

Gráfico No. 2.- Gráfico de crescimento populacional de Pirajuy entre 1949 e 1983